

BBM LOGÍSTICA S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2024

BBM LOGÍSTICA S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Mensagem da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas – método indireto

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Mensagem da Administração

As aquisições realizadas entre 2018 e 2020 foram fundamentais para o crescimento dos negócios da BBM Logística S/A nos últimos anos e foram majoritariamente realizadas com capital de terceiros, impactando o seu endividamento. Somando ao aumento significativo da taxa de juros nos últimos 3 anos, variação cambial e resultados operacionais abaixo do esperado, principalmente nos serviços de transporte florestais, fizeram com que o caixa da Companhia ficasse pressionado no curto prazo.

A catástrofe climática no Rio Grande do Sul no segundo trimestre de 2024 e o ambiente macroeconômico adverso aceleraram a necessidade de um plano de negociação com credores e reperfilamento da dívida financeira da Companhia. Sob a coordenação de seus assessores financeiros e jurídicos, a Companhia empreendeu esforços para reestruturar e equacionar suas obrigações financeiras, sem impactar o nível de serviço prestado para seus clientes.

Temos executado diversas ações ao longo de 2024, para melhorar o resultado operacional da Companhia, como:

- (i) Redução de estruturas corporativas e do quadro de colaboradores;
- (ii) Redução de horas extras e turnover da Companhia;
- (iii) Encerramento de contratos com consultorias externas;
- (iv) Encerramento de contratos com clientes com baixa rentabilidade;
- (v) Otimização da malha logística com redução de centros de distribuição;
- (vi) Centralização da gestão de tráfego e otimização do monitoramento das frotas.

Conforme divulgado para o mercado, em 1 de novembro de 2024 o Grupo BBM apresentou o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”). Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada a atualização da listagem de credores, refletindo a posição consolidada das dívidas do Grupo e com aprovação de aproximadamente 1/3 (um terço) dos credores por ele abrangidos, conforme os termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizam R\$ 571.419.

O plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”) abrange: i. modalidade específica para pagamentos de credores fornecedores colaboradores, com prazo de 30 dias a 24 meses, dependendo do valor devido, e com uma sobretaxa de 1% ao mês; e ii. o pagamento integral das dívidas financeiras, sem deságio, com parcelas mensais previstas para iniciar em fevereiro de 2028 e terminar em março de 2035, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescidas de juros anuais de 4,5%. A expectativa da companhia é de obter a homologação do Plano de RE até o final do terceiro trimestre de 2025.

Além disso, a Companhia passou por mudanças relevantes na alta administração e auditoria externa que, naturalmente, exigem tempo para adaptação e retomada do ritmo decisório. (i) Em 8 de outubro de 2024, Eduardo Vieira Orfão foi nomeado Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Grupo BBM; (ii) Em 8 de novembro de 2024, Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho, atual Diretor Comercial, passou a ocupar também a posição de Diretor Presidente, e; (iii) Em razão da obrigatoriedade de rotatividade prevista no artigo 31 da Resolução da CVM nº 23/2021, a Companhia realizou a substituição dos auditores independentes, passando a ser auditada pela BDO RCS Auditores Independentes.

Esses fatores impactaram diretamente na elaboração, revisão, aprovação e divulgação tempestiva das demonstrações financeiras da Companhia, exigindo revisões adicionais e alinhamentos com o auditor independente anterior.

Estamos comprometidos com a repactuação junto aos credores e parceiros estratégicos, busca do cumprimento das obrigações de forma estruturada e equilibrada e foco na excelência operacional. Esse movimento reforça nossas bases para uma expansão sustentável, alinhado aos objetivos de longo prazo da companhia.

A Administração

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (ITR)

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
BBM Logística S.A.
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da BBM Logística S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais – (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias e consolidadas.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme notas explicativas nº 3 e 41 às informações contábeis intermediárias, respectivamente sobre incerteza relevante relacionada a continuidade operacional e eventos subsequentes, a Companhia ingressou em 1 de novembro de 2024 com pedido de recuperação extrajudicial em função dos assuntos mencionadas nas referidas notas explicativas visando a repactuação de suas debentures, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de controladas, cujas rubricas totalizam R\$ 565.286 e R\$ 644.800, respectivamente controladora e consolidado, em 30 de junho de 2024. Adicionalmente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e 20, a Companhia reclassificou para o curto prazo a totalidade de empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo em função de quebra de *covenant* financeiro calculado semestralmente. Até a conclusão dos nossos trabalhos de revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2024 a aprovação do plano de recuperação extrajudicial ainda estava pendente. Portanto, não nos foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2024, é apropriado, incluindo quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Neste contexto, a Companhia não reavaliou a estimativa de redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, conforme requerido na NBC TG 01 (R1) (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em especial os saldos de Imposto de renda e contribuição social Diferido Ativo nos valores de R\$ 166.128 e R\$ 201.725 (controladora e consolidado, respectivamente), de ágio no valor de R\$ 130.168 (controladora e consolidado) e de imobilizado nos valores de R\$ 175.094 e R\$ 221.366 (controladora e consolidado, respectivamente) em 30 de junho de 2024. Consequentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 30 de junho de 2024, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do trimestre findo naquela data.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre a DVA acima referida.



Demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2024, com Opinião com Ressalva sobre o Imposto de renda e contribuição social Diferido Ativo e seção de Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional, estão sendo reapresentados conforme nota explicativa nº 1.1.

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação, foram submetidos a procedimentos de revisão por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de agosto de 2023, sem ressalva, estão sendo reapresentados conforme nota explicativa nº 1.1.

Curitiba, 15 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9

Dario Vieira de Lima
Contador CRC 1 SP 238754/O-6 - S - PR

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)			30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.523	12.909	6.026	15.071	Fornecedores	18	101.714	112.468	154.445	175.498
Outros ativos financeiros	8	9.651	2.016	9.651	2.016	Empréstimos e financiamentos	19	233.126	61.956	259.909	89.345
Contas a receber de clientes	9	201.690	206.249	231.738	278.563	Debêntures	20	192.283	-	192.283	-
Estoques	10	9.748	11.175	13.638	13.199	Arrendamentos	21	69.246	74.080	102.913	110.774
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	31	1.204	927	17.736	22.223	Obrigações sociais	22	27.939	25.650	60.580	55.338
Impostos a recuperar	11	2.667	3.119	12.838	17.667	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar	31	-	-	5.210	4.873
Consórcios		472	245	2.384	1.641	Obrigações fiscais	23	21.154	10.370	61.503	46.612
Outros créditos	12	7.571	8.286	25.916	24.174	Parcelamento de tributos	24	27.580	8.926	60.908	22.683
Ativos mantidos para venda	13	-	-	2.084	5.161	Consórcios		508	524	508	535
		237.526	244.926	322.011	379.715	Contas a pagar por aquisição de controladas	25	38.163	31.616	38.163	31.616
						Mútuo com partes relacionadas	36	282.969	238.994	-	-
						Outras contas a pagar	26	40.659	38.077	57.776	47.777
								1.035.341	602.661	994.198	585.051
Não circulante						Não circulante					
Outros ativos financeiros	8	13.493	20.481	13.493	20.481	Empréstimos e financiamentos	19	-	182.526	-	182.526
Depósitos em garantia	27	1.188	1.256	2.892	2.876	Debêntures	20	-	192.668	-	192.668
Imposto de renda e a contribuição social diferidos	31	166.128	116.211	201.725	136.233	Arrendamentos	21	33.588	53.714	76.138	88.302
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	31	1.039	982	1.469	1.411	Obrigações sociais	22	2.198	-	4.277	-
Impostos a recuperar	11	-	236	-	236	Parcelamentos de tributos	24	59.913	26.307	126.791	56.761
Outros créditos	12	796	796	796	796	Provisões para processos judiciais	27	16.819	16.128	36.611	36.919
Direito de uso de ativos	14	81.471	101.647	147.326	161.903			112.518	471.343	243.817	557.176
Investimentos	15	299.977	350.190	-	-						
Imobilizado	16	175.094	184.025	221.366	231.106						
Intangível	17	35.945	35.115	191.735	189.331						
		775.131	810.939	780.802	744.373						
						Total do passivo		1.147.859	1.074.004	1.238.015	1.142.227
						(Passivo a descoberto) patrimônio líquido	28				
						Capital social (líquido dos custos de transação)		95.302	95.302	95.302	95.302
						Prejuízos acumulados		(230.504)	(113.441)	(230.504)	(113.441)
						Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		(135.202)	(18.139)	(135.202)	(18.139)
Total do ativo		1.012.657	1.055.865	1.102.813	1.124.088	Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		1.012.657	1.055.865	1.102.813	1.124.088

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
			(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida de vendas	32	340.325	390.315	169.848	170.087	706.180	758.191	354.209	361.571
Custo dos serviços prestados	33a	(352.420)	(403.025)	(183.766)	(194.545)	(708.682)	(743.326)	(374.621)	(369.842)
(Prejuízo) lucro bruto		(12.095)	(12.710)	(13.918)	(24.458)	(2.502)	14.865	(20.412)	(8.271)
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	33b	(16.961)	(11.255)	(8.973)	(2.223)	(34.486)	(33.480)	(16.154)	(14.844)
Despesas de vendas	33b	(10.748)	(3.865)	(9.005)	(2.023)	(23.827)	(13.805)	(15.911)	(6.939)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	3	(100)	(461)	213	(1.156)	(116)	(1.427)	342
Outras receitas operacionais, líquidas	34	(5.775)	7.772	(7.414)	6.959	(7.845)	18.939	(10.265)	17.011
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(45.576)	(20.158)	(39.771)	(21.532)	(69.816)	(13.597)	(64.169)	(12.701)
Resultado de participações societárias									
Equivalência patrimonial	15	(50.213)	(204)	(40.100)	3.585	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	35	(71.191)	(58.734)	(34.438)	(30.420)	(107.832)	(67.854)	(54.003)	(36.426)
Receitas financeiras		8.765	2.375	6.634	1.620	9.328	3.356	4.216	2.296
Despesas financeiras		(79.956)	(61.109)	(41.072)	(32.040)	(117.160)	(71.210)	(58.219)	(38.722)
Prejuízo antes do imposto		(166.980)	(79.096)	(114.309)	(48.367)	(177.648)	(81.451)	(118.172)	(49.127)
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente		-	-	-	-	(4.907)	(563)	(4.370)	(563)
Diferido		49.917	(7.561)	34.512	(9.867)	65.492	(4.643)	42.745	(8.544)
Prejuízo do período		(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)	(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)
Resultado por ação									
Resultado por ação básico (em R\$)	29	(2,8719)	(2,1260)	(1,9577)	(1,4287)	(2,8719)	(2,1260)	(1,9577)	(1,4287)
Resultado por ação diluído (em R\$)		(2,8719)	(2,1260)	(1,9577)	(1,4287)	(2,8719)	(2,1260)	(1,9577)	(1,4287)

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023 (reapresentado)	30/06/2024	30/06/2023 (reapresentado)	30/06/2024	30/06/2023 (reapresentado)	30/06/2024	30/06/2023 (reapresentado)
Prejuízo do período	(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)	(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)	(117.063)	(86.657)	(79.797)	(58.234)

BBM Logística S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Custos de transação	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	102.490	(7.188)	(26.847)	68.455	6	68.461
Prejuízo do período anteriormente apresentado	-	-	(67.382)	(67.382)	-	(67.382)
Ajustes de reapresentação (Nota 1.1)	-	-	(19.275)	(19.275)	-	(19.275)
Prejuízo do período (reapresentado)	-	-	(86.657)	(86.657)	-	(86.657)
Em 30 de junho de 2023 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(113.504)	(18.202)	6	(18.196)
Em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(113.441)	(18.139)	-	(18.139)
Prejuízo do período	-	-	(117.063)	(117.063)	-	(117.063)
Em 30 de junho de 2024	102.490	(7.188)	(230.504)	(135.202)	-	(135.202)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
			(reapresentado)		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(166.980)	(79.096)	(177.648)	(81.451)
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	16 e 17	15.809	8.323	20.996	12.907
Depreciação do ativo de direito de uso	14	30.581	26.778	48.529	45.124
Valor residual do ativo imobilizado vendido	34	2.399	4.914	1.930	4.968
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios	19 e 20	33.315	39.012	36.879	41.427
Despesas de juros de arrendamentos	21	5.853	7.241	10.868	10.609
Resultado de equivalência patrimonial	15	50.213	204	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(3)	100	1.156	116
Provisão para contingências	27	2.821	2.177	3.337	4.757
Juros sobre obrigações por aquisição de controladas	35	5.295	3.369	5.295	3.369
Outros créditos tributários	11	(2.087)	(1.302)	(2.148)	(12.161)
Contas a pagar de aquisição de controladas	25	9.227	2.379	9.227	2.379
Provisão redução ao valor recuperável sobre ativo mantido para venda	34	-	-	(31)	-
Variações nos ativos e passivos					
Estoques		1.427	868	(439)	993
Contas a receber de clientes		4.562	8.107	45.669	41.515
Depósitos judiciais e cauções		68	993	(16)	1.077
Impostos a recuperar		2.441	1.935	11.642	399
Outros créditos		(3.187)	(17.248)	(2.634)	(20.980)
Fornecedores		(16.655)	23.018	(26.954)	22.715
Obrigações sociais		4.487	(7.630)	9.519	(5.409)
Obrigações fiscais e parcelamento de impostos		63.044	(3.042)	123.146	7.667
Outras contas a pagar		452	15.487	1.784	13.248
Caixa gerado pelas atividades operacionais		43.082	36.587	120.107	93.269
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(563)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		43.082	36.587	120.107	92.706
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Compras de imobilizado e intangível	16 e 17	(4.708)	(29.318)	(11.113)	(34.983)
Pagamento de obrigações por aquisição de controladas		(7.975)	(9.584)	(7.975)	(9.584)
Pagamento de cotas de consórcio a contemplar		(224)	(74)	(743)	(301)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	34	3.255	13.343	3.353	13.813
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(9.652)	(25.633)	(16.478)	(31.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de cotas de consórcio contemplados		34	(24)	(212)	(112)
Mútuo com partes relacionadas	36	43.975	50.735	-	-
Empréstimos e financiamentos captados, líquidos do custo de transação	19	32.730	96.354	175.657	207.051
Custo de captação das debêntures	20	(1.046)	-	(1.046)	-
Pagamento de juros de debêntures	20	(14.747)	(16.104)	(14.747)	(16.104)
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	19	(45.834)	(91.958)	(189.386)	(178.745)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	19	(16.212)	(21.791)	(19.519)	(24.311)
Amortização de arrendamentos - principal	21	(34.863)	(24.564)	(52.553)	(42.463)
Pagamento de juros de arrendamentos	21	(5.853)	(7.241)	(10.868)	(10.611)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(41.816)	(14.593)	(112.674)	(65.295)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(8.386)	(3.639)	(9.045)	(3.644)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.909	29.486	15.071	63.203
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		4.523	25.847	6.026	59.559

BBM Logística S.A.
Demonstração do valor adicionado
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas (1)	404.241	468.226	845.331	926.816
Venda de serviços	411.584	459.239	857.900	908.788
Descontos incondicionais	(13.453)	(6.897)	(18.407)	(10.149)
Outras receitas	6.107	15.984	6.994	28.293
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	3	(100)	(1.156)	(116)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	253.715	284.506	514.647	528.062
(inclui os valores dos impostos - ICMS, ISS, PIS e COFINS)				
Custo dos serviços vendidos	231.690	267.167	486.182	499.378
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	22.025	17.339	28.465	28.684
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	150.526	183.720	330.684	398.754
Depreciação e amortização (4)	46.390	35.101	69.525	58.031
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	104.136	148.619	261.159	340.723
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(41.448)	2.171	9.328	3.356
Resultado da equivalência patrimonial	(50.213)	(204)	-	-
Receitas financeiras	8.765	2.375	9.328	3.356
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	62.688	150.790	270.487	344.079
Distribuição do valor adicionado	62.688	150.790	270.487	344.079
Pessoal	90.621	105.238	193.724	209.350
Remuneração direta	62.128	71.141	135.675	147.482
Benefícios	16.673	15.125	34.877	32.199
F.G.T.S.	6.279	8.745	11.826	13.760
Outros	5.541	10.227	11.346	15.909
Impostos, taxas e contribuições	6.137	70.392	70.989	146.897
Federais	(14.720)	50.466	18.497	92.984
Estaduais	19.039	16.943	48.658	49.712
Municipais	1.818	2.983	3.834	4.201
Remuneração de capital de terceiros	82.993	61.817	122.837	74.489
Juros	70.051	54.421	105.725	62.443
Aluguéis	3.037	708	5.677	3.279
Outras despesas financeiras	9.905	6.688	11.435	8.767
Remuneração de capital próprios	(117.063)	(86.657)	(117.063)	(86.657)
Prejuízo do período	(117.063)	(86.657)	(117.063)	(86.657)

1 Contexto operacional

A BBM Logística S.A. (“Controladora”), com sede na Rua Tenente Djalma Dutra, 915 em São José dos Pinhais – Paraná, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto registrada no Bovespa + da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo negociada sob o código “BBML3”.

A atividade preponderante é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar, transporte internacional, transporte florestal, em veículos próprios ou de terceiros atendendo clientes em vários países na América do Sul.

1.1 Reapresentação das informações comparativas relativas as demonstrações financeiras e informações financeiras de 2023 – Individuais e Consolidadas

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ora apresentadas e em conformidade com as normas contábeis vigentes, previstas nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu a reapresentação dos saldos iniciais do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nos seguintes aspectos:

- Reversão de provisão de receitas de clientes: ajuste de reversão de reconhecimento de provisões de receita que não se materializaram no valor de R\$ 29.397 no ano de 2023 (R\$ 21.949 até o período findo em 30 de junho 2023).
- Reversão de provisão de impostos sobre receitas de clientes: ajuste decorrente da reversão do impacto de impostos de PIS, COFINS, CPRB e ISS conforme reversão da provisão de receitas de clientes conforme acima no valor de R\$ 4.044 no ano de 2023 (R\$ 3.166 até o período findo em 30 de junho 2023).
- Reversão de provisão para recuperação de custos operacionais lançada no contas a receber de clientes: ajuste de provisões relacionadas a recuperação de custos operacionais que não se materializaram no valor de R\$ 7.420 no ano de 2023 (R\$ 492 até o período findo em 30 de junho 2023).

Assim, o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e o resultado individual e consolidado do período de 3 e 6 meses findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins comparativos, diferem daqueles originalmente divulgados.

Abaixo sumarizamos os ajustes de reapresentação:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Saldo originalmente apresentado	1.092.682	1.078.048	14.634
Ajustes de reapresentação			
Contas a receber de clientes	(36.817)	-	(36.817)
Obrigações fiscais	-	(4.044)	4.044
Saldo reapresentado	1.055.865	1.074.004	(18.139)

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Saldo originalmente apresentado	1.160.905	1.146.271	14.634
Ajustes de reapresentação			
Contas a receber de clientes	(36.817)	-	(36.817)
Obrigações fiscais	-	(4.044)	4.044
Saldo reapresentado	1.124.088	1.142.227	(18.139)
			Controladora e Consolidado
			Prejuízo do período
			30/06/2023
Prejuízo originalmente apresentado	(67.382)		
Ajustes de reapresentação	(19.275)		
Receita líquida de vendas	(18.783)		
Custo dos serviços prestados	(492)		
Prejuízo reapresentado	(86.657)		

Adicionalmente, a demonstração de resultado abrangente e fluxo de caixa estão sendo reapresentadas em função da alteração no lucro (prejuízo) dos períodos de 3 e 6 meses findos em 30 de junho de 2023.

2 Relação de entidades controladas

As informações financeiras intermediárias consolidadas em 30 de junho de 2024 abrangem as informações financeiras intermediárias da Controladora e das controladas Transeich Assessoria e Transportes S.A., Transportes Translovato Ltda., Translag Transporte e Logística Ltda., Diálogo Logística Inteligente Ltda. e Itanave Centro Logístico Ltda. (em conjunto “Grupo”). Os percentuais de participação nas controladas são os seguintes:

Empresa	Controle	Percentual de participação	
		30/06/2024	31/12/2023
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	Direto	100%	100%
Transportes Translovato Ltda.	Direto	100%	100%
Translag Transporte e Logística Ltda.	Direto	100%	100%
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	Direto	100%	100%
Itanave Centro Logístico Ltda. (empresa “dormente”)	Direto	95%	95%

A Transeich Assessoria e Transportes S.A. (“Transeich Assessoria”), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, substancialmente em veículos de terceiros.

Transportes Translovato Ltda. (“Translovato”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, além dos estados do Ceará, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Translag Transporte e Logística Ltda. (“Translag”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral na região Centro-oeste, além de São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Diálogo Logística Inteligente Ltda. (“Diálogo”), tem como atividade preponderante soluções logísticas e tecnológicas, principalmente para a cadeia de *e-commerce*, incluindo operações customizadas de *last mile*, nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil.

Itanave Centro Logístico Ltda. (“Itanave”), é uma empresa que se encontra com as atividades dormentes.

3 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da Controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de março de 2024.

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de agosto de 2025. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Incerteza relacionada a continuidade operacional - Performance e desenvolvimento dos negócios

A Companhia (consolidado do grupo BBM, composto pela “Controladora e suas Controladas”) é um dos maiores operadores logísticos do Mercosul, com soluções End-to-End e Omnichannel, que vão da matéria-prima ao consumidor final, e está há mais de 20 anos atuando nesse mercado, sendo reconhecida com vários prêmios e certificações.

As aquisições da Companhia efetuadas entre 2018 e 2020, citadas na nota explicativa 15, foram fundamentais para o crescimento dos negócios da Companhia nos últimos anos, porém impactaram de forma significativa seu endividamento, pois grande parte das referidas aquisições foram realizadas com capital de terceiros, que em conjunto com um aumento significativo na taxa do CDI nos últimos 3 anos e a performance operacional, principalmente nos serviços de transporte florestais, fizeram com que o caixa da Companhia ficasse pressionado no curto prazo, motivo pelo qual o prejuízo acumulado atingiu R\$ 230.504 em 30 de junho de 2024 (R\$ 113.441 em 31 de dezembro de 2023, reapresentado conforme nota explicativa 1.1). Nesta mesma data, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 135.202 e passivo circulante que excede o ativo circulante em R\$ 672.187 (R\$ 205.336 em 31 de dezembro de 2023, com base em valores reapresentados conforme nota explicativa 1.1). Vale destacar, que o passivo circulante em 30 de junho de 2024 está impactado pela reclassificação do saldo de debentures e empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 328.181 devido à quebra de um *covenant* financeiro conforme notas explicativas 19 e 20. A Companhia apresentou EBITDA (em português LAJIDA - lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis) ajustado consolidado positivo de R\$ 8.829 (positivo de R\$ 46.676 em 30 de junho de 2023, vide nota explicativa 39, ora reapresentado pelos ajustes de reapresentação conforme nota explicativa 1.1).

Adicionalmente, nos meses de maio e junho de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou desafios significativos devido à calamidade provocada pelas intensas chuvas, resultando em inundações, deslizamentos de terra e fechamento de estradas, afetando diretamente nossas unidades locais. Esses eventos climáticos impactaram nossas operações logísticas na região, resultando em suspensões operacionais e consequentes efeitos financeiros. Consequentemente, devido às chuvas intensas, o Grupo enfrentou desafios operacionais significativos devido à interrupção da cadeia de suprimentos, danos às instalações físicas e a necessidade de realocação de recursos para atender às necessidades de emergência. Isso afetou diretamente a capacidade de entrega e coleta das mercadorias, ocasionando atrasos nos serviços prestados aos nossos clientes.

Para contornar os desafios impostos pela calamidade, foram necessários investimentos adicionais em rotas alternativas, veículos e colaboradores para garantir a continuidade do negócio. Esses custos extraordinários impactaram nossos custos e despesas operacionais em relação aos valores projetados, durante o período afetado.

Além dos custos adicionais, enfrentamos perdas financeiras devido à redução da eficiência operacional e à inviabilidade do cumprimento dos prazos contratados com os nossos clientes. Essas perdas estão refletidas na redução das receitas devido ao fechamento temporário de instalações e interrupção das atividades operacionais.

Juntamente com a redução de receita operacional em virtude da redução de nossa eficiência operacional, fomos impactados ainda pela paralização de operação de alguns de nossos clientes, instalados no estado do Rio Grande do Sul, somando uma perda de receita significativa, ante o que fora projetado para os meses impactados.

A Administração implementou medidas imediatas para garantir a segurança de seus funcionários, mitigar os danos operacionais e apoiar a comunidade local. Isso incluiu o fornecimento de recursos humanos e financeiros para iniciativas de socorro e reconstrução, bem como a atuação direta no transporte de mantimentos e demais itens necessários às pessoas afetadas, não apenas aos nossos colaboradores, que foram priorizados, mas também para a população gaúcha no geral, incluindo a realização de fretes gratuitos para empresas e órgãos governamentais.

Reforçamos nosso compromisso com a transparência e a resiliência operacional diante de desafios adversos. O Grupo está comprometido em monitorar de perto os desenvolvimentos subsequentes, avaliar os impactos contínuos da calamidade e ajustar suas estratégias operacionais e financeiras conforme necessário.

Em função dos prejuízos expostos acima, a Companhia estruturou um plano de reestruturação e turnaround para melhoria de sua performance operacional, bem como de sua estrutura de capital. Diversas iniciativas foram implementadas ao longo de 2024 e primeiro semestre de 2025, com ações efetivas visando a redução dos prejuízos apresentados, bem como assegurar a continuidade operacional da Companhia.

Principais ações realizadas:

- a) Alongamento das suas dívidas de curto prazo, representando aproximadamente 84% das dívidas financeiras da Companhia, o que resultará em menor necessidade de caixa para fazer frente ao serviço da dívida em 2024, da ordem de R\$ 250 milhões, permitindo assim que a Companhia priorize, os projetos já em curso, de melhoria da eficiência operacional dos seus negócios. A seguir apresenta-se um resumo das referidas renegociações:
- (i) Renegociação dos empréstimos e financiamentos: conforme descrito em detalhes na nota explicativa 19, a Administração renovou linhas de crédito no total de R\$ 129 milhões, com o alongamento dos prazos de pagamento. O covenant financeiro estabelecido corresponde ao índice menor ou igual a 3,5 decorrente do resultado da dívida financeira líquida dividida pelo EBITDA, apurado anualmente.

- (ii) Renegociação das debêntures: conforme descrito em detalhes na nota explicativa 20 a Companhia assinou em 14 de dezembro de 2023 o aditamento da 3ª emissão de debentures, alongando também os prazos de amortização da dívida. O covenant financeiro estabelecido corresponde ao índice menor ou igual a 3,5 decorrente do resultado da dívida financeira líquida dividida pelo EBITDA, que passou a ser apurado semestralmente a partir de 30 de junho de 2023. Em adição, havia sido estabelecido o requerimento de aumento de capital social da Companhia, no valor de, no mínimo R\$ 100 milhões, a ser realizado até novembro de 2024, por seus acionistas controladores ou novos investidores. Com o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, o aporte não foi concretizado.
- b) Redução de custos e despesas em aproximadamente R\$ 16.413 em 30 de junho de 2024, com diversas ações estratégicas para melhorar a margem operacional da Companhia, como:
 - (vii) redução das contratações de consultorias externas com encerramento de contratos;
 - (viii) redução de estruturas corporativas e consequentemente de “headcounts”;
 - (ix) redução de horas extras e *turnover* da Companhia;
 - (x) otimização das frotas, através da centralização da gestão de tráfego e monitoramento.

Adicionalmente, estão sendo trabalhadas ações durante 2025, dos quais podemos destacar:

- a) Implementação do plano de reestruturação organizacional, com redução de aproximadamente 15% no quadro geral de colaboradores, representando uma economia estimada de R\$ 18.636 até o final de 2025 (R\$ 15 milhões realizado até julho de 2025), para alinhar o Grupo BBM as novas estratégias de negócio e assegurar a sustentabilidade financeira da Companhia;
- b) Desmobilização de unidades e rescisão de contratos com clientes de baixa rentabilidade, visando maior eficiência operacional;
- c) Protocolo do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”), realizado em 1 de novembro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 41 sobre eventos subsequentes englobando os passivos com debentures, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de controladas.

Nossa expectativa é que os processos de forma geral continuem sendo aprimorados e gerando melhores resultados. Em função dos controles e indicadores de performance implementados, e acompanhamento contínuo, esperamos obter reduções de custos e despesas mais expressivas até o próximo exercício.

Apesar das incertezas quanto à capacidade da Companhia em realizar a melhoria operacional de seus negócios e realizar o aumento capital descrito anteriormente, as quais podem indicar dúvidas significativas sobre a capacidade financeira da Companhia em continuar operando num futuro previsível, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em função das ações para melhoria de estrutura de capital e dos negócios já implementadas ou em fase de implementação, assegurando que o processo de reestruturação e turnaround em curso seja satisfatório.

Desta forma, essas informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações em um período de, mas não limitado a, 12 meses da data do balanço.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Mensuração básica

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de junho de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 5.9 e 16** – Imobilizado: principais premissas da estimativa da vida útil, valor residual e método de depreciação de ativos do imobilizado;
- **Notas explicativas 5.15, 14 e 21** - Principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos;
- **Nota explicativa 9** - Mensuração da perda estimada ao valor de recuperação do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 17** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda e ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 27** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 31** - Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social; Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas e divulgações financeiras do Grupo requer a mensuração ao valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro caírem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada na sua totalidade no mesmo nível de sua hierarquia de valor que o valor mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, salvo indicação ao contrário.

5.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de capital registrado no patrimônio líquido.

(iv) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia no capital social da companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos em até 90 dias da data da aquisição, com alta liquidez, conversíveis em caixa, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

5.4 Receita do contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

As informações abaixo apresentam a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços de transportes florestais	O serviço de transporte se inicia no carregamento na área rural, finalizado com entrega da madeira na fábrica do cliente, o que constitui o cumprimento da obrigação. No momento da entrega da madeira na fábrica do cliente são efetuadas medições do volume transportado a cada carregamento. No final do mês as medições são consolidadas para a emissão da fatura. O pagamento se dá em média 30 dias após a emissão da fatura.	A receita é reconhecida após a consolidação das medições do volume transportado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela, que leva em consideração as características de cada transporte (distância e peso, p.e.).
Serviços de transportes a dedicados industriais	São serviços de transporte oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações Inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações Outbound) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.
Serviços de transportes de carga geral e fracionado	Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”, por meio de veículos carga completa (Full Truck Load). O faturamento e prazo de vencimento é diverso e particular com cada cliente. Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente carga a carga, com faturamento diverso e particular com cada cliente.	

5.5 Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, arrendamentos, debêntures, atraso no pagamento de fornecedores, atraso e parcelamento de impostos e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

5.6 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas ao valor de recuperação, quando aplicável.

5.7 Consórcios

As cotas de consórcios ainda não contempladas são registradas no ativo circulante pelo valor pago mensalmente.

No momento da contemplação, os ativos adquiridos são registrados no ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida a um passivo circulante e não circulante do valor do saldo a pagar da cota contemplada.

Os gastos com taxas de administração, são registrados como despesas financeiras.

5.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar apurado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal seguindo metodologia de cálculo e critérios estabelecidos pela legislação tributária e regulamentações contábeis vigentes no exercício. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo será realizado ou quando o imposto diferido passivo será liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide nota explicativa 16), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais, o método de depreciação e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, exceto se houver evidências de modificações substanciais, quando então a Administração faz análises e eventuais ajustes necessários, em períodos menores.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do item e reconhecida no resultado.

A vida útil estimada dos ativos imobilizados, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do imobilizado - vida útil em anos	30/06/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3 - 15	3 - 15
Cavalos mecânicos (i)	6 - 15	6 - 15
Carretas e equipamentos (i)	12 - 25	12 - 25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Edificações	20	20
Embalagens para transporte	1 - 5	1 - 5
Benfeitorias em bens de terceiros	1 - 5	1 - 5

- (i) Durante 2023 consolidou-se uma tendência de aumento de custos de componentes e novas tecnologias implantadas nos veículos, que aliadas à uma redução de disponibilidade de crédito dos últimos meses, redundou no aumento do preço dos veículos usados. Tendo em vista este novo cenário, no segundo semestre de 2023 a Administração revisou as taxas de depreciação e o valor residual estimado de venda dos veículos de sua frota.

5.10 Intangível e ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado (perdas) conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do intangível - vida útil em anos	30/06/2024	31/12/2023
Software	3 - 5	3 - 5
Carteira de clientes	5 - 13	5 - 13
Direito de uso da marca	10	10
Acordo de não concorrência	5	5

Os valores residuais, o método de amortização e a vida útil dos ativos intangíveis são revisados e, se apropriado, ajustados ao final de cada exercício.

5.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado pela Companhia como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado ("VJR"). Todos os ativos financeiros da Companhia, atualmente, estão classificados como mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado pela Companhia ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- I. é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- II. seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao seu valor de recuperação. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais auferidos sobre esses ativos, assim com a perda para ajuste ao seu valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados pela Companhia como ao VJR.

A Administração realiza uma avaliação do objetivo para o qual um ativo financeiro é mantido em carteira e que melhor reflete a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas nessa avaliação incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são continuamente mensurados ao valor justo. O ajuste a valor justo, os juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo efetua transações em que transfere ativos reconhecidos no seu balanço, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados sendo reconhecido o passivo financeiro correspondente.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos contratuais modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um ativo ou passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação recebida ou paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.12 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**
Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 360 dias e quando não há mais expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Os custos de transações de operações de captação em curso são mantidos em conta transitória do ativo até a sua alocação definitiva por ocasião da conclusão da operação.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é calculado com base no seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado.

5.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, quando aplicável, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos e financiamentos incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

O valor reconhecido como provisão é mensurado levando-se em consideração a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O aumento ou redução da obrigação ao longo do tempo é reconhecido como complemento ou reversão no mesmo item de provisão.

5.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pelo número médio ponderado de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

5.18 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Diretor Executivo de Operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, despesas administrativas, despesas de venda e despesas com aquisições de negócios.

A Administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como DCC (*Dedicated Contract Carriage*) e TM (*Transportation Management*).

5.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, preparada de acordo com as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

5.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

5.21 Ativos mantidos para venda

Os ativos ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras da Companhia e suas controladas.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa	45	73	424	474
Bancos conta movimento	3.607	5.390	4.454	6.631
Aplicações financeiras (a)	871	7.446	1.148	7.966
	4.523	12.909	6.026	15.071

- (a) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 100,57% da rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) (100,57% em 31 de dezembro de 2023).

8 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Bloqueio judicial (a)	4.856	4.856	4.856	4.856
Aplicação financeira vinculada (b)	18.288	17.641	18.288	17.641
	23.144	22.497	23.144	22.497
Circulante	9.651	2.016	9.651	2.016
Não circulante	13.493	20.481	13.493	20.481

- (a) Valor referente ao bloqueio judicial de empresa pertencente a um dos acionistas que, conforme determinado na Execução Fiscal, foi redirecionada à BBM Logística S.A.
- (b) Refere-se à aplicação financeira vinculada como garantia ao empréstimo de capital de giro com a Caixa Econômica Federal e Santander (vide nota explicativa 19).

9 Contas a receber de clientes

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Serviços de frete a receber no mercado interno	102.884	104.467	171.187	196.708
Serviços de frete a receber no mercado externo	32.798	45.081	32.861	46.119
Serviços de frete a receber no mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 36)	50.263	33.855	-	-
Serviços a faturar	18.405	25.509	32.800	39.690
Perda por redução ao valor recuperável	(2.660)	(2.663)	(5.110)	(3.954)
	201.690	206.249	231.738	278.563

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 19), em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor por antecipação, descontado dos juros da transação.

b) Vencimento de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)
A vencer	186.630	191.333	204.406	248.423
Vencidos até 30 dias	9.475	6.929	17.879	17.430
Vencidos de 31 a 60 dias	2.106	3.399	3.375	4.812
Vencidos de 61 a 90 dias	1.699	2.484	1.858	3.253
Vencidas de 90 a 180 dias	1.375	2.400	2.471	3.348
Vencidas de 181 a 360 dias	1.731	1.519	4.280	2.355
Vencidas acima de 360 dias	1.334	848	2.579	2.896
Perda por redução ao valor recuperável	(2.660)	(2.663)	(5.110)	(3.954)
	201.690	206.249	231.738	278.563

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. O cálculo da taxa de perda esperada é realizado de acordo com as perdas reais incorridas nos últimos 12 meses frente ao comportamento dos recebimentos no contas a receber por faixa de vencimento, esta informação possibilita estabelecer a média de perdas históricas (abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora			
	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Saldo no início do período	2.663	1.414	2.199	1.727
Constituição de provisão	702	427	557	114
Reversão de provisão	(705)	(327)	(96)	(327)
Ao final do período	2.660	1.514	2.660	1.514

	Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Saldo no início do período	3.954	2.611	3.683	3.069
Constituição de provisão	2.024	1.098	1.548	427
Reversão de provisão	(868)	(982)	(121)	(769)
Ao final do período	5.110	2.727	5.110	2.727

10 Estoques

Os estoques referem-se a pneus e peças de reposição para utilização na frota e materiais utilizados na manutenção de veículos e combustíveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Pneus	391	199	1.044	607
Peças de reposição	7.768	9.461	7.971	10.044
Combustível	1.589	1.515	4.623	2.548
	9.748	11.175	13.638	13.199

Ativos dados em garantia

Em 30 de junho de 2024, estoques estão em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários e consórcios (ver nota explicativa 20).

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
PIS / COFINS a recuperar (a)	1.618	2.241	11.020	16.073
ICMS a recuperar	292	357	292	357
INSS a recuperar	757	689	1.526	1.406
Outros impostos a recuperar	-	68	-	67
	2.667	3.355	12.838	17.903
Circulante	2.667	3.119	12.838	17.667
Não circulante	-	136	-	236

- a) O Grupo possui ações judiciais referentes à exclusão nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, do ICMS incidente nas notas fiscais (“ICMS destacado”), o valor em aberto corresponde as controladas Transeich Assessoria e Translag, que obtiveram o trânsito em julgado em seus processos, respectivamente, em 12 de março de 2020 e 3 de fevereiro de 2021 (retroagindo o direito ao crédito a abril de 2010 e agosto de 2011, respectivamente).

O saldo remanescente a compensar, atualizado em 30 de junho de 2024 totaliza R\$ 4.481. O reconhecimento contábil e a mensuração dos créditos relacionados acima foram suportados por assessores jurídicos e tributários, considerando a interpretação da legislação tributária conferindo à Controladora e suas investidas esse direito, somado ao fato das ações originais pleiteadas pelo Grupo BBM se baseava no referido “ICMS destacado” e no julgamento favorável dos embargos de declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema nº 69).

Ainda sobre créditos judiciais, foi pleiteado crédito sobre Gross Up do ICMS na BC do PIS e da COFINS, onde foram recalculadas as bases desconsiderando ICMS. Argumento utilizado para tal ação, se deu pelo tema nº 69, ao se referir ao ICMS, o STF decidiu que “impõe se excluir todo ele da definição de faturamento”, de modo que, “não pode ele compor a base de cálculo para fins de PIS e COFINS.

A exclusão completa do ICMS passa, necessariamente, pela reversão do seu Gross up na incidência inicial do PIS e COFINS. Desse modo, foi contabilizado em novembro 2023 o montante atualizado de R\$ 5.077 em suas controladas Translovato e Transeich. Posteriormente sendo contabilizado também na controladora o montante de R\$ 1.828 em janeiro de 2024. Os valores foram integralmente utilizados ainda no primeiro trimestre de 2024. Seguindo sobre créditos de PIS e COFINS, após uma revisão dos créditos não tomados na Controlada Diálogo, constatou-se que não estavam sendo considerados créditos sobre serviço de transporte, na forma de subcontratação.

Isso se deu ao fato, de que os lançamentos contábeis se davam por meio de provisão, o qual não pode ser considerado para efeito crédito de PIS e COFINS. Se fez necessário ajuste do processo, para que ocorressem os lançamentos das notas de forma a carregar automaticamente os créditos de PIS e COFINS. Após correção do processo, levantamos os créditos não tomados nos anos de 2022 e 2023, o qual resultou o montante de R\$ 4.277 esses créditos foram tomados via administrativo, após retificações das obrigações acessórias.

Foi reconhecido também, créditos de PIS e COFINS sobre transporte de pessoal e seguro de carga. Créditos esses, que foram levantados dos últimos 5 anos, sendo revisados e atualizados no montante de R\$ 1.032 na Controladora.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas (a)	3.310	3.315	13.415	10.001
Valores a receber por venda de veículos	-	-	124	-
Adiantamento a fornecedores (b)	915	1.370	2.848	3.179
Despesas reembolsáveis (c)	1.457	1.263	5.020	4.907
Adiantamentos a empregados	1.228	1.293	2.511	3.857
ICMS precatório (d)	796	796	796	796
Juros sobre capital próprio	661	661	-	-
Outros créditos	-	384	1.998	2.230
Total	8.367	9.082	26.712	24.970
Circulante	7.571	8.286	25.916	24.174
Não circulante	796	796	796	796

- (a) Os saldos apresentados referem-se, substancialmente aos valores de gastos com seguros de diversas coberturas, tais como: veículos, prediais, vida, ambientais entre outros, decorrentes de períodos de competências subsequentes, contabilizadas antecipadamente.
- (b) Adiantamentos, principalmente, para aquisição de peças de manutenção de máquinas e equipamentos.
- (c) Refere-se, substancialmente, a pagamento de contingências trabalhistas, que vieram ao conhecimento da Administração apenas após o período de um ano da combinação de negócios, e que, portanto, não foram contabilizados como parte do exercício de combinação de negócios. A Companhia tem o direito contratual de receber esses valores dos ex-controladores das investidas (ver nota explicativa 25).
- (d) Precatório a receber do estado de São Paulo em função de sentença favorável à BBM, referente a créditos de ICMS.

13 Ativos mantidos para venda

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Madeira em “pé”	2.084	5.161
Total	2.084	5.161

Refere-se a estoque de madeira em “pé” recebido em dação em pagamento de dívidas de um cliente e avaliado a valor justo líquido de venda. A Administração revisou o valor justo para o semestre findo em 30 de junho de 2024 dos referidos ativos e reconheceu uma perda de R\$ 2.808, registrada em “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado do exercício (veja nota explicativa 34). A Companhia concretizou as tratativas de vendas e realizou a baixa total desses ativos em 30 de setembro de 2024.

14 Direito de uso de ativos

	Controladora			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	82.688	13.276	5.683	101.647
Adições (i)	6.339	2.227	956	9.522
Novos contratos	5.540	492	1.022	7.054
Depreciação	(23.430)	(5.272)	(1.879)	(30.581)
Baixas (i)	(5.322)	(259)	(590)	(6.171)
Em 30 de junho de 2024	65.815	10.464	5.192	81.471

	Controladora			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	125.155	4.308	2.826	132.290
Adições (i)	-	6.403	43	6.446
Novos contratos	8.685	-	583	9.268
Depreciação	(24.024)	(2.275)	(479)	(26.778)
Em 30 de junho de 2023	109.816	8.436	2.973	121.226

	Consolidado			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	93.777	58.772	9.354	161.903
Adições (i)	11.382	16.945	2.712	31.039
Novos contratos	13.653	6.529	1.363	21.545
Depreciação	(26.519)	(18.817)	(3.193)	(48.529)
Baixas (i)	(10.667)	(6.586)	(1.379)	(18.632)
Em 30 de junho de 2024	81.626	56.843	8.857	147.326

	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	128.276	64.731	7.256	200.263
Adições (i)	80	6.830	43	6.953
Novos contratos	13.671	2.586	583	16.840
Depreciação	(26.121)	(17.363)	(1.640)	(45.124)
Baixas (i)	(197)	(2.228)	-	(2.425)
Em 30 de junho de 2023	115.709	54.556	6.242	176.507

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, a renovações contratuais, repactuações, atualizações de valores e inclusão e/ou baixas de ativos nos contratos de arrendamento existentes (vide nota explicativa 21).

15 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
Composição	30/06/2024	31/12/2023
Transeich Assessoria	117.110	117.455
Translovato	99.569	126.581
Translag	25.251	32.001
Diálogo (i)	58.047	74.153
	299.977	350.190

A totalidade das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente Ltda. estão alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas, conforme nota explicativa 20.

b. Movimentação dos saldos

Controladora			
	Em 31 de dezembro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Em 30 de junho de 2024
Itanave (i)	-	-	-
Transeich Assessoria	117.455	(345)	117.110
Translovato	126.581	(27.012)	99.569
Translag	32.001	(6.750)	25.251
Diálogo	74.153	(16.106)	58.047
Total	350.190	(50.213)	299.977
	Em 31 de dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Em 30 de junho de 2023
Itanave	120	-	120
Transeich Assessoria	118.421	(2.314)	116.107
Translovato	118.045	4.032	122.077
Translag	32.194	(2.533)	29.661
Diálogo	72.049	611	72.660
Total	340.829	(204)	340.625

- (i) Itanave é uma empresa que se encontra com as atividades dormentes e o valor do patrimônio líquido é R\$ 0.

c. Informações das subsidiárias

Os saldos das controladas apresentados nesta tabela consideram os valores patrimoniais com os ajustes da combinação de negócios.

Controladora					
Em 30 de junho de 2024	Prejuízo do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Itanave	-	951	-	95%	-
Transeich Assessoria	(345)	54.646	86.691	100%	(345)
Translovato	(27.012)	18.375	67.996	100%	(27.012)
Translag	(6.750)	17.851	5.900	100%	(6.750)
Diálogo	(16.106)	1.588	(1.371)	100%	(16.106)
Controladora					
Em 30 de junho de 2023	Lucro líquido (prejuízo) do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Itanave	-	951	126	95%	-
Transeich Assessoria	(2.314)	54.646	67.335	100%	(2.314)
Translovato	4.032	3.375	42.848	100%	4.032
Translag	(2.533)	17.851	16.293	100%	(2.533)
Diálogo	611	1.588	2.856	100%	611

As informações das controladas, sem os ajustes da combinação de negócios, são os seguintes:

Controladora						
Em 30 de junho de 2024	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich						
Assessoria	102.364	4.972	15.747	4.897	86.692	(345)
Translovato	259.475	118.826	213.223	96.786	68.292	(26.716)
Translag	17.143	12.638	21.631	2.084	6.066	(6.584)
Diálogo	86.161	29.715	88.909	27.534	(567)	(15.302)

Controladora						
Em 30 de junho de 2023	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Itanave	59	67	-	-	126	-
Transeich						
Assessoria	94.968	14.966	23.151	1.095	85.688	(2.257)
Translovato	159.587	88.214	114.939	42.408	90.454	4.363
Translag	20.063	14.778	15.646	9.041	10.154	(2.362)
Diálogo	63.799	16.006	50.183	17.183	12.439	1.415

16 Imobilizado

							Controladora
	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 30 de junho de 2024
Máquinas e equipamentos	23.466	813	(502)	(1.884)	-	304	22.197
Veículos e tratores	145.121	4.647	(6.478)	(10.173)	420	3.814	137.351
Móveis e utensílios	1.317	81	-	(131)	8	-	1.275
Computadores e periféricos	1.955	99	-	(416)	27	-	1.665
Imóveis e edificações	5.499	10	-	(145)	-	-	5.364
Embalagens para transporte	79	-	-	(14)	-	-	65
Imobilizações em andamento	4.061	1.318	-	-	(514)	-	4.865
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.527	68	-	(342)	59	-	2.312
Total	184.025	7.036	(6.980)	(13.105)	-	4.118	175.094

							Controladora
	Em 1º de janeiro de 2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 30 de junho de 2023
Máquinas e equipamentos	27.023	529	(9.356)	(1.607)	-	4.379	20.968
Veículos e tratores	113.876	21.803	(37.451)	(1.991)	-	20.873	117.110
Móveis e utensílios	1.457	107	-	(138)	-	-	1.426
Computadores e periféricos	2.453	72	(10)	(486)	-	5	2.034
Imóveis e edificações	5.588	-	-	(141)	-	-	5.447
Embalagens para transporte	103	4	-	(14)	-	-	93
Imobilizações em andamento	4.632	719	-	-	-	-	5.351
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.376	468	-	(490)	-	-	2.354
Total	157.508	23.702	(46.817)	(4.867)	-	25.257	154.783

	Consolidado						
	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 30 de junho de 2024
Máquinas e equipamentos	29.096	2.403	(502)	(2.656)	-	304	28.645
Veículos e tratores	173.155	4.647	(7.874)	(11.203)	420	4.757	163.902
Móveis e utensílios	3.024	199	-	(279)	8	-	2.952
Computadores e periféricos	4.431	154	(3)	(924)	27	3	3.688
Imóveis e edificações	5.619	10	-	(177)	-	-	5.452
Embalagens para transporte	79	-	-	(14)	-	-	65
Imobilizações em andamento	5.780	2.184	-	-	(1.664)	-	6.300
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.922	75	-	(844)	1.209	-	10.362
Total	231.106	9.672	(8.379)	(16.097)	-	5.064	221.366

	Consolidado						
	Em 1º de janeiro de 2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 30 de junho de 2023
Máquinas e equipamentos	32.489	2.169	(9.406)	(2.119)	(1.194)	4.410	26.349
Veículos e tratores	148.404	21.795	(37.544)	(3.015)	(18)	20.947	150.569
Móveis e utensílios	2.655	173	(8)	(277)	17	3	2.563
Computadores e periféricos	3.727	113	(695)	(976)	1.222	679	4.070
Imóveis e edificações	5.788	-	-	(182)	-	-	5.606
Embalagens para transporte	104	4	-	(14)	-	-	94
Imobilizações em andamento	7.396	1.082	-	-	(194)	-	8.284
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.268	476	-	(857)	167	-	9.054
Total	209.831	25.812	(47.653)	(7.440)	-	26.039	206.589

a. Revisão do método de depreciação, vida útil e valor residual

Conforme descrito na nota explicativa 5.9, em 2023 a Administração revisou a vida útil e valor residual estimado de certos veículos e equipamentos.

b. Ativos dados em garantia

Em 30 de junho de 2024, estoques, veículos, tratores, imóveis estão em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários e consórcios (ver nota explicativa 19).

c. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas tem os seus valores recuperáveis analisados, no mínimo, anualmente, de forma a verificar se há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para o período findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não observou indicadores de *impairment* em relação ao ativo imobilizado.

17 Intangível

a. Composição dos saldos

		Controladora	
		30/06/2024	31/12/2023
Software		35.945	35.115
		35.945	35.115
		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023
Software		48.232	44.174
Ágio na aquisição de subsidiárias		130.168	130.168
Carteira de clientes		9.104	10.127
Direito de uso de marca		3.542	3.842
Acordo de não concorrência		689	1.020
		191.735	189.331

b. Detalhamento do saldo por empresa

						Consolidado
Em 30 de junho de 2024	Software	Ágio na aquisição de subsidiárias	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Acordo de não concorrência	Total
BBM	35.945	-	-	-	-	35.945
Transeich Assessoria	22	30.438	-	-	-	30.460
Translovato	4.341	29.583	678	1.524	93	36.219
Translag	-	18.172	256	594	131	19.153
Diálogo	7.924	51.975	8.170	1.424	465	69.958
	48.232	130.168	9.104	3.542	689	191.735

Em 31 de dezembro de 2023	Software	Ágio na aquisição de subsidiária	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Acordo de não concorrência	Total
BBM	35.115	-	-	-	-	35.115
Transeich Assessoria Translovat o	25	30.438	-	-	-	30.463
Translag	2.556	29.583	745	1.665	205	34.754
Diálogo	-	18.172	268	642	188	19.270
	6.478	51.975	9.114	1.535	627	69.729
	44.174	130.168	10.127	3.842	1.020	189.331

c. Movimentação dos saldos

	Controladora				
	Em 1º de janeiro de 2024	Aquisição no período	Baixas	(-) Amortização	Em 30 de junho de 2024
Software	35.115	3.573	(39)	(2.704)	35.945
Total	35.115	3.573	(39)	(2.704)	35.945

	Em 1º de janeiro de 2023	Aquisição no período	(-) Amortização	Em 30 de junho de 2023
Software	31.948	3.738	(3.456)	32.230
Total	31.948	3.738	(3.456)	32.230

	Consolidado				
	Em 1º de janeiro de 2024	Aquisição no período	Baixas	(-) Amortização	Em 30 de junho de 2024
Software	44.174	7.342	(39)	(3.245)	48.232
Ágio	130.168	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	10.127	-	-	(1.023)	9.104
Direito de uso de marca	3.842	-	-	(300)	3.542
Acordo de não concorrência	1.020	-	-	(331)	689
Total	189.331	7.342	(39)	(4.899)	191.735

	Em 1º de janeiro de 2023	Aquisição no período	(-) Amortização	Em 30 de junho de 2023
Software	35.907	6.081	(3.725)	38.263
Ágio	130.168	-	-	130.168
Carteira de clientes	12.261	-	(1.110)	11.151
Direito de uso de marca	4.441	-	(300)	4.141
Acordo de não concorrência	1.683	-	(332)	1.351
Total	184.460	6.081	(5.467)	185.074

d. Redução ao valor recuperável

A Administração não reconheceu perda de valor recuperável dos ativos intangíveis no semestre findo em 30 de junho de 2024. A Companhia realizou testes de impairment de sua UGC em 31 de dezembro de 2023, conforme divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras àquela data.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	90.273	104.864	122.253	138.447
Fretes a pagar	11.441	7.604	32.192	37.051
	101.714	112.468	154.445	175.498

19 Empréstimos e financiamentos

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes a captação de linhas de capital de giro, principalmente para investimentos em projetos de tecnologia e suprir as necessidades de caixa da Companhia.

a. Composição

Controladora							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024 31/12/2023
Capital de giro	15,25%	16,29%	228.483	57.865	-	182.526	228.483 240.391
Cessão de créditos (i)	24,64%	26,86%	4.643	4.091	-	-	4.643 4.091
			<u>233.126</u>	<u>61.956</u>	<u>-</u>	<u>182.526</u>	<u>233.126 244.482</u>

Consolidado							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024 31/12/2023
Capital de giro	15,06%	16,30%	230.182	60.497	-	182.526	230.182 243.023
Cessão de créditos (i)	24,70%	24,78%	29.727	28.848	-	-	29.727 28.848
			<u>259.909</u>	<u>89.345</u>	<u>-</u>	<u>182.526</u>	<u>259.909 271.871</u>

- (i) A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação, em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes (nota explicativa 9) para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor por antecipação, descontado dos juros da transação.

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2024	244.482	271.871
Captação	32.967	175.894
Custo de captação	(237)	(237)
Encargos financeiros	17.960	21.286
Amortização – principal	(45.834)	(189.386)
Pagamento - juros e variações (*)	(16.212)	(19.519)
Em 30 de junho de 2024	233.126	259.909

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	273.069	278.991
Captação	97.756	208.453
Custo de captação	(1.402)	(1.402)
Encargos financeiros	22.295	24.710
Amortização – principal	(91.958)	(178.745)
Pagamento - juros e variações (*)	(21.791)	(24.311)
Em 30 de junho de 2023	277.969	307.696

- (*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c. Vencimentos

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
Ano	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
2025	-	70.816	-	70.816
2026	-	64.511	-	64.511
2027	-	38.650	-	38.650
2028	-	8.549	-	8.549
	-	182.526	-	182.526

Em outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da captação e aditamento de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 52.070 com a finalidade de alongamento das operações de giro e amortização de parcelas de capital vincendas em 2024 do CDCA anteriormente contratado.

As principais características da operação estão descritas abaixo:

- Prorrogação dos vencimentos das parcelas decorrentes das captações já realizadas de R\$ 28.000; e
- Captação de novos recursos já ingressados no caixa da Controladora de R\$ 10.945 até dezembro de 2023 e R\$ 13.125 a ingressar em parcelas mensais e iguais, até junho de 2024.

As transações descritas acima, possuem o último vencimento em setembro de 2028, com pagamento de juros mensais e parcelas de principal em 50 prestações fixas, vencendo a primeira em agosto de 2024. Os encargos financeiros são correspondentes à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI) acrescida de 5,30% pontos percentuais efetivos ao ano.

Em adição, em novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a obtenção de novo financiamento bancário no valor de R\$ 77.360, tendo como finalidade o pré-pagamento dos contratos de financiamento bancário anteriormente firmados.

As principais características da operação estão descritas abaixo:

- Prazo de 48 meses, sendo 12 meses de carência e 36 meses de amortização do principal acrescido dos encargos financeiros; e
- Encargos financeiros correspondentes à taxa do certificado de depósito interbancário (CDI) acrescida de 2,92% pontos percentuais efetivos ao ano.

Em 30 de junho de 2024, aplicação financeira (vide nota explicativa 8), veículos, tratores e imóveis estão dados em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários. O montante de empréstimos e financiamentos garantidos por esses bens é de R\$ 82.504 em 30 de junho de 2024 (R\$ 90.749 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração avaliou os requerimentos da norma para determinar se os fluxos de caixa mudaram significativamente e concluiu que o passivo financeiro não modificou substancialmente.

d. Covenants

Em decorrência do descumprimento de um *covenant* (com vencimento não automático) das debêntures (*cross default*) em 30 de junho de 2024 a Companhia reclassificou o montante de R\$ 155.556 referente as parcelas de empréstimos bancários do não circulante para o circulante.

20 Debêntures

a) Composição

Descrição	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Principal	196.384	-	-	196.384	196.384	196.384
Custo de emissão	(4.782)	(856)	-	(3.716)	(4.782)	(4.572)
Juros	681	856	-	-	681	856
	192.283	-	-	192.668	192.283	192.668

b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	192.668
Custo de emissão	(1.046)
Amortização de juros (*)	(14.747)
Juros e custo da emissão apropriados	15.408
Em 30 de junho de 2024	192.283
Em 31 de dezembro de 2022	185.259
Amortização de juros (*)	(16.104)
Juros e custo da emissão apropriados	16.712
Em 30 de junho de 2023	185.867

- (*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c) Vencimentos (*)

Controladora e Consolidado					
Ano	Circulante		Não circulante		Total
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024 31/12/2023
2023	-	856	-	-	- 856
2024	197.065	-	-	-	197.065 -
2025	-	-	-	44.744	- 44.744
2026	-	-	-	72.552	- 72.552
2027	-	-	-	41.263	- 41.263
2028	-	-	-	37.825	- 37.825
	<u>197.065</u>	<u>856</u>	<u>-</u>	<u>196.384</u>	<u>197.065 197.240</u>

* Não inclui custos de emissão.

3ª Emissão de debêntures

Em 2 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), totalizando um montante de até R\$ 200.000. A oferta foi encerrada com a integralização de R\$ 189.000.

As principais características dessa emissão estão a seguir descritas:

- Vencimento final previsto para dezembro de 2026;
- Amortização mensal, a partir dezembro de 2023;
- Remuneração de CDI + 4,25% a.a., sendo que o pagamento dos juros é trimestral;
- As debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;
- A garantia é a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte de madeira, carregamento e apoio florestal com o cliente CMPC Celulose Riograndense Ltda, além de garantia real perfazendo 60% do total da emissão composto pela alienação fiduciária de 100% das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente, alienação fiduciária de veículos e penhor de estoques.

Reestruturação e aditamento da 3ª emissão de debêntures

Em 14 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração e a Assembleia Geral de Debenturista, aprovou a reestruturação da 3ª emissão de debêntures, com alteração em determinados termos, condições e características, de forma a possibilitar, inclusive, o desdobramento da série única para duas séries, que passaram a vigorar com as seguintes características:

Primeira série: R\$ 159.000

- Vencimento final previsto para dezembro de 2028;
- Amortização mensal do principal, a partir janeiro de 2025;
- Remuneração de CDI + 4,75% a.a., com pagamento de juros mensal a partir de janeiro de 2024.

Segunda série: R\$ 30.000

- Vencimento final previsto para dezembro de 2026;
- Amortização mensal do principal, a partir janeiro de 2026;
- Remuneração de CDI + 4,75% a.a., com pagamento de juros mensal a partir de janeiro de 2024.

As debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A garantia é a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes do contrato com o cliente CMPC Celulose Riograndense Ltda, além de garantia real perfazendo 60% do total da emissão composto pela alienação fiduciária de 100% das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente, alienação fiduciária de veículos e penhor de estoques.

A Administração avaliou os requerimentos da norma para determinar se os fluxos de caixa mudaram significativamente e concluiu que o passivo financeiro não modificou substancialmente.

d) Covenants

Em 30 de junho de 2024 a Companhia reclassificou o montante de R\$ 172.625 referente as parcelas de debentures do não circulante para o circulante pelo descumprimento de um *covenant* financeiro calculado semestralmente relacionado a dívida líquida sobre o EBITDA LTM (com vencimento não automático).

21 Arrendamentos

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto da Companhia, em contrapartida ao ativo de direito de uso.

As taxas (a.a.) utilizadas para o cálculo, estão conforme abaixo:

Controladora e Consolidado			
Contratos	Contratos firmados até 31 de outubro de 2022	Contratos firmados a partir de 01 de novembro de 2022	Contratos firmados a partir de 01 de julho de 2023
Veículos	11,09%	14,58%	16,86%
Imóveis	9,77%	12,86%	15,87%
Equipamentos	10,43%	13,70%	16,80%

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	127.794	199.076
Adições*	9.522	31.039
Novos contratos	7.054	21.545
Baixa*	(6.673)	(20.056)
Juros apropriados	5.853	10.868
Pagamentos de juros	(5.853)	(10.868)
Pagamentos realizados	(34.863)	(52.553)
Em 30 de junho de 2024	102.834	179.051
Circulante	69.246	102.913
Não circulante	33.588	76.138

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	135.953	207.203
Adições*	6.446	6.953
Novos contratos	9.268	16.840
Baixas	-	(1.893)
Juros apropriados	7.241	10.611
Pagamentos de juros	(7.241)	(10.611)
Pagamentos realizados	(24.564)	(42.463)
Em 30 de junho de 2023	127.103	186.640
Circulante	51.853	86.256
Não circulante	75.250	100.384

(*) As adições e baixas decorrem, essencialmente, de repactuações nos contratos de arrendamento existentes e, portanto, são consideradas como transações que não afetam caixa (vide nota explicativa 14).

Os créditos de PIS / COFINS sobre os valores a pagar pelos arrendamentos não foram deduzidos dos correspondentes ativos de direitos de uso. Por ocasião do pagamento das contraprestações dos contratos de arrendamento, os referidos créditos são reconhecidos em contrapartida das despesas de depreciação e despesas financeiras. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação vincendas de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

30/06/2024		Controladora		Consolidado	
			PIS / COFINS potencial		PIS / COFINS potencial
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal		Valor presente	Valor nominal
Pessoa física	3.325	3.839	-	3.325	3.839
Pessoa jurídica	99.509	108.368	10.024	175.726	195.180
	102.834	112.207	10.024	179.051	199.019

31/12/2023		Controladora		Consolidado	
			PIS / COFINS potencial		PIS / COFINS potencial
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal		Valor presente	Valor nominal
Pessoa física	3.211	3.719	-	3.211	3.719
Pessoa jurídica	124.583	136.900	12.663	195.865	219.709
	127.794	140.619	12.663	199.076	223.428

22 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de férias	11.736	13.012	22.239	25.157
Ordenados e salários	4.731	5.277	9.837	12.082
INSS a pagar	4.194	3.565	13.684	10.144
Provisão de 13º salário	3.974	-	8.055	-
Encargos s/ provisão férias e 13º salário	2.627	2.145	5.067	4.178
FGTS a recolher	2.875	1.547	5.975	3.675
Outros	-	104	-	102
	30.137	25.650	64.857	55.338
Circulante	27.939	25.650	60.580	55.338
Não circulante	2.198	-	4.277	-

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

23 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)	30/06/2024	31/12/2023 (reapresentado)
PIS/COFINS a recolher	6.751	5.578	14.974	17.931
ICMS a recolher	11.120	2.223	35.714	20.594
CPRB a recolher	2.136	1.350	4.890	3.199
Impostos retidos	879	631	3.282	3.085
Outros impostos a recolher	268	588	2.643	1.803
Total	21.154	10.370	61.503	46.612

24 Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
PIS / COFINS/ CPRB e PERT (a)	65.852	26.017	132.238	56.776
ICMS (b)	21.641	9.216	55.461	22.668
	87.493	35.233	187.699	79.444
Circulante	27.580	8.926	60.908	22.683
Não circulante	59.913	26.307	126.791	56.761

- a) A Companhia apresenta saldo de parcelamentos de tributos federais da Controladora e de suas controladas no montante de R\$ 65.852 na Controladora e R\$ 132.238 no consolidado. Os tributos contemplados nos parcelamentos foram PIS, COFINS, INSS, CPRB, IRPJ, CSLL e impostos retidos.
- b) A Companhia realizou parcelamentos de tributos estaduais da Controladora e de suas controladas. Representando no Segundo trimestre de 2024 o montante de R\$ 20.466 na Controladora e R\$ 33.821 em suas controladas. O montante contabilizado no período em suas controladas foi de R\$ 25.502 na Translovato, R\$ 407 na Translag e R\$ 7.912 na empresa Diálogo.

Além destes realizou em agosto de 2023 o parcelamento de impostos federais da controlada Translag no valor de R\$ 1.568, devido em 60 meses. Tal parcelamento está vinculado a débitos anteriores a sua compra pela BBM, desta forma a responsabilidade da dívida junto a PGFN foi transferido aos antigos donos da empresa. O recolhimento das parcelas será abatido do montante a pagar devido aos antigos proprietários.

25 Contas a pagar por aquisição de controladas

a. Composição dos saldos a valor justo

	Controladora e consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Translovato (a)	12.576	18.638
Translag (b)	7.262	7.017
Diálogo (c)	18.325	5.961
	38.163	31.616

- (a) Valor a ser pago em 2024, com parcelas mensais atualizadas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI verificada entre a data de fechamento da operação e as de pagamento de cada parcela.
- (b) Valor referente a terceira parcela de aquisição da controlada Translag atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), verificada entre a data de fechamento da operação e do pagamento da parcela. O montante foi retido para garantir a obrigação dos vendedores de indenizar a Companhia pelas “Perdas Materializadas” e “Perdas Potenciais”, conforme contrato de compra e venda.
- (c) Valor a ser pago em 2024, referente a terceira parcela da contraprestação contingente (*earn-out*) atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), verificada entre a data de fechamento da operação e do pagamento da parcela. A Companhia reviu a expectativas dos valores a pagar, o que gerou ajuste de R\$ 9.227 nos valores a pagar lançados em contrapartida da rubrica de Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas (vide nota explicativa 34), na demonstração de resultado.

b. Vencimento das parcelas

Ano	Circulante	
	30/06/2024	31/12/2023
2024	38.163	31.616
	38.163	31.616

26 Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes (a)	36.066	35.631	38.416	39.984
Comissões a pagar (b)	1.845	2.007	1.845	2.007
Reembolsos diversos	129	226	582	679
Indenização de carga a pagar	143	134	1.847	2.268
Repom – limite (c)	2.412	23	14.811	2.519
Outras contas a pagar	64	56	275	320
Total	40.659	38.077	57.776	47.777

- (a) Referem-se substancialmente ao valor presente de adiantamento de cliente recebido a ser compensado em parcelas mensais, vencíveis até 2028, com o produto da prestação de serviços ao referido cliente. Em adição à garantia de alienação fiduciária das máquinas adquiridas pela Companhia com os recursos do adiantamento, há requerimento de manutenção de certos indicadores financeiros a serem mantidos pela BBM e avaliados em bases trimestrais. Em 31 de dezembro de 2023 um desses indicadores encontra-se excedido e, desta forma, o saldo do adiantamento foi reclassificado para o passivo circulante, atendendo a norma contábil.

Não obstante a reclassificação antes mencionada, a Administração entende que a liquidação do contrato ocorrerá ao longo da prestação dos serviços regulares, no prazo originalmente previsto, tendo em vista que não há interesse em efetivamente antecipar o vencimento, uma vez que isto prejudicaria os serviços de colheita florestal e, por consequência, o negócio de ambas as partes envolvidas. Cabe ainda salientar que não há risco de cross covenant dos contratos financeiros de debêntures e empréstimos da Companhia na medida em que este contrato não é uma obrigação financeira, e sim um acordo comercial.

- (b) Comissão referente a administração da carteira de clientes, gestão comercial e operacional do negócio no Uruguai.
- (c) Repom refere-se ao meio de pagamento eletrônico mandatário para o pagamento dos motoristas freteiros e agregados. O montante se refere ao saldo necessário para cobrir os saques efetuados pelos motoristas em suas contas no Repom.

27 Provisões para processos judiciais

a. Composição

	Controladora			Consolidado		
	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido
30/06/2024						
Ações fiscais	-	-	-	7.857	-	7.857
Ações cíveis	508	-	508	1.089	-	1.089
Ações trabalhistas	16.311	1.188	15.123	27.665	2.892	24.773
	16.819	1.188	15.631	36.611	2.892	33.719

	Controladora			Consolidado		
		Depósitos em garantia	Líquido		Depósitos em garantia	Líquido
31/12/2023	Provisão			Provisão		
Ações fiscais	-	-	-	7.857	-	7.857
Ações cíveis	378	-	378	1.035	-	1.035
Ações trabalhistas	15.750	1.256	14.494	28.027	2.876	25.151
	16.128	1.256	14.872	36.919	2.876	34.043

b. Movimentação dos saldos

	Controladora				
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2024
Ações cíveis	378	235	(104)	(1)	508
Ações trabalhistas	15.750	3.869	(2.026)	(1.282)	16.311
	16.128	4.104	(2.130)	(1.283)	16.819

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2023
Ações fiscais	3	-	(1)	-	2
Ações cíveis	483	166	(279)	(67)	303
Ações trabalhistas	13.944	3.446	(1.313)	(1.368)	14.709
	14.430	3.612	(1.593)	(1.435)	15.014

	Consolidado				
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2024
Ações fiscais	7.857	89	-	(89)	7.857
Ações cíveis	1.035	364	(178)	(132)	1.089
Ações trabalhistas	28.027	6.049	(3.467)	(2.944)	27.665
	36.919	6.502	(3.645)	(3.165)	36.611

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2023
Ações fiscais	5.928	1.457	(2)	-	7.383
Ações cíveis	912	240	(321)	(91)	740
Ações trabalhistas	22.643	6.180	(2.243)	(3.029)	23.551
	29.483	7.877	(2.566)	(3.120)	31.674

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 30 de junho de 2024, na Controladora, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 81.439 (R\$ 61.167 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$ 128.924 (R\$ 116.241 em 31 de dezembro de 2023). As naturezas das ações são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
Tipo	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Tributária	1.016	1.487	13.964	14.866
Cível	20.475	10.734	24.009	13.269
Trabalhista	59.948	48.946	90.951	88.106
Total	81.439	61.167	128.924	116.241

Contingências trabalhistas

Consistem principalmente em verbas relacionadas a jornada de trabalho (horas extraordinárias e intervalos), adicionais e indenizações.

Contingências tributárias

Consistem, essencialmente, em questionamentos acerca de dívidas tributárias decorrentes direta ou indiretamente de uma ação cautelar fiscal ajuizada pela União Federal, por meio da qual pretende-se imputar à Companhia uma suposta responsabilidade por débitos tributários exigidos em antigas Execuções Fiscais, nas quais a Companhia não é parte.

Assim a Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos classificam a chance de perda na cautelar fiscal como possível com tendência a remota.

Contingências cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas, essencialmente, a ações indenizatórias decorrentes de acidente de trânsito e divergência contratuais pontuais.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 800.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Em 30 de junho de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 40.760.818 ações (40.760.818 ações em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 102.490 (R\$ 102.490 em 31 de dezembro de 2023).

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é assim demonstrada:

	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas	30/06/2024		31/12/2023	
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	26.739.595	65,60%	26.739.595	65,60%
Marcos Egídio Battistella	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Juarez Luiz Nicolotti	2.335.936	5,73%	2.335.936	5,73%
	40.760.818	100%	40.760.818	100%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social vigente determina a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404 / 76. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá deliberar pela não distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

29 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação e para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Prejuízo do período	(117.063)	(86.657)	(117.063)	(86.657)
Prejuízo por ação básico:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação básico (em R\$)	(2,8719)	(2,1260)	(2,8719)	(2,1260)
Prejuízo por ação diluído:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação diluído (em R\$)	(2,8719)	(2,1260)	(2,8719)	(2,1260)

30 Gerenciamento do capital

A política da Administração é a de manter uma estrutura de capital de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do negócio e continuar a ter a confiança dos credores e do mercado.

A Administração, diante dos desafios já relatados na nota explicativa 3, não vem medindo esforços para manter o equilíbrio entre níveis de alavancagem e uma posição de capital adequado. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

31 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recuperar (i)	2.104	1.792	17.188	21.640
Contribuição social sobre o lucro líquido	139	117	2.017	1.994
	2.243	1.909	19.205	23.634
Circulante	1.204	927	17.736	22.223
Não circulante (ii)	1.039	982	1.469	1.411

- (i) O valor é composto por trânsito em julgado quanto ao tema “não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC”, gerando indébito de R\$ 8.863 na controlada Translovato com o trânsito em julgado dado por despacho decisório proferido pelo TRF da 4ª Região do processo 5017317-29.2019.4.04.7107.

São reconhecidos também valor a exclusão de crédito presumido e ICMS tributados na empresa Diálogo entre os anos de 2018 a 2022 que resultaram em saldo negativo dos tributos no valor de R\$ 4.236. Este saldo é composto também por IRRF e estimativas que poderão ser utilizados a partir de julho de 2024 como saldo negativo de IRPJ e CSLL mediante comprovação a ser entregue na ECF conforme determina a I.N. 1.717/2017 no art. 161-A, assim como os impactos da exclusão de benefício fiscal da Lei do bem (Lei 11.196/2005) aplicado nas empresas Diálogo e Translovato referentes ao ano calendário 2023.

Tais valores representam R\$ 2.241 reconhecidos na controladora e R\$ 3.863 nas controladas Diálogo e Translovato.

- (ii) A parcela do imposto de renda e contribuição social a recuperar classificada no não circulante é originária da incorporação da Transeich Armazéns Gerais S.A. Estes valores estão passando por processo administrativo com o intuito de compensação com débitos da controladora. Os valores foram mantidos no ativo não circulante devido à incerteza do momento de disponibilidade para uso.

Incerteza sobre tratamentos fiscais

A Companhia reconheceu créditos com base em jurisprudência de matérias tributárias. Considerando as práticas de mercado e posições de consultorias e advogados sobre tais temas a administração decidiu pelo aproveitamento administrativo dado que considerou positiva a possibilidade de defesa administrativa ou judicial, classificada como possível.

b. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recolher

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
IR/CSLL a recolher	5.210	4.873
	5.210	4.873

c. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar	182.287	131.680	200.737	143.118
Provisão contingências	5.718	5.484	12.448	12.552
Provisões para custos	3.324	2.051	6.621	6.043
Provisão para participação dos lucros	-	-	-	-
Provisão para comissões	627	682	627	682
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	904	906	1.737	1.344
Provisão para honorários advocatícios	66	92	484	484
Contratos de arrendamento	6.774	4.934	10.150	7.306
Outras diferenças temporárias	19	22	1.650	597
	199.719	145.851	234.454	172.126
Passivo não circulante				
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	(4.805)	(5.456)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(32.279)	(28.328)	(26.612)	(28.258)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	(1.312)	(1.312)	(2.179)
	(33.591)	(29.640)	(32.729)	(35.893)
Ativo fiscal diferido líquido	166.128	116.211	201.725	136.233

A movimentação do imposto diferido está apresentada da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2024	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2024	Em 1º de janeiro de 2024	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2024
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	131.680	50.607	182.287	143.118	57.619	200.737
Provisão contingências	5.484	234	5.718	12.552	(104)	12.448
Provisões para custos	2.051	1.273	3.324	6.043	578	6.621
Provisão para comissões	682	(55)	627	682	(55)	627
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	906	(2)	904	1.344	393	1.737
Provisão para honorários advocatícios	92	(26)	66	484	-	484
Contratos de arrendamento	4.934	1.840	6.774	7.306	2.844	10.150
Outras diferenças temporárias	22	(3)	19	597	1.053	1.650
	145.851	53.868	199.719	172.126	62.328	234.454
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(5.456)	651	(4.805)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(28.328)	(3.951)	(32.279)	(28.258)	1.646	(26.612)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(2.179)	867	(1.312)
	(29.640)	(3.951)	(33.591)	(35.893)	3.164	(32.729)
Ativo fiscal diferido líquido	116.211	49.917	166.128	136.233	65.492	201.725

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2023	Em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2023
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	52.709	-	52.709	58.840	5.079	63.919
Provisão contingências	4.906	199	5.105	10.024	745	10.769
Provisão para incentivos de longo prazo	4.176	(1.793)	2.383	4.176	(1.793)	2.383
Provisões para custos	2.108	(249)	1.859	3.198	227	3.425
Provisão para participação dos lucros	1.570	(1.127)	443	2.060	(1.482)	578
Provisão para comissões	-	-	-	3.077	139	3.216
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	481	34	515	888	39	927
Provisão para honorários advocatícios	88	13	101	333	264	597
Contratos de arrendamento	2.833	98	2.931	3.547	780	4.327
Outras diferenças temporárias	1.371	(1.258)	113	1.978	(1.390)	588
	70.242	(4.083)	66.159	88.121	2.608	90.729
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(6.679)	688	(5.991)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(20.417)	(3.478)	(23.895)	(20.728)	(6.772)	(27.500)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	(1.167)	(2.479)
	(21.729)	(3.478)	(25.207)	(28.719)	(7.251)	(35.970)
Ativo fiscal diferido líquido	48.513	(7.561)	40.952	59.402	(4.643)	54.759

O Grupo reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, tomando por base estudo técnico sobre a geração de lucros tributáveis futuros, o qual é revisado periodicamente pela Administração. No último estudo das estimativas para os próximos 10 anos realizado pelo Grupo, foi observado que o valor dos ativos fiscais diferidos pode ser consumido pelos lucros tributáveis futuros, dessa forma, foram reconhecidos os ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízo fiscais que não estavam sendo constituídos desde junho de 2022 na controladora BBM e na controlada Translag.

A Administração considerou que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados quando as provisões e as demais diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado sobre prejuízos fiscais será realizado até dez anos.

d. Reconciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(166.980)	(79.096)	(114.309)	(48.367)	(177.648)	(81.451)	(118.172)	(49.127)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	56.773	26.893	38.865	16.445	60.400	27.693	40.178	16.703
Adições/exclusões permanentes								
Resultado de equivalência patrimonial	(17.072)	(69)	(13.634)	1.219	-	-	-	-
Subvenção para investimento	-	-	-	-	-	1.953	-	(523)
Exclusão da Selic na base de cálculo do IRPJ e CSLL (i)	-	-	-	-	197	-	-	-
Diferido não constituído em exercícios anteriores (ii)	-	(1.673)	-	-	-	(1.930)	-	-
Diferido sobre o prejuízo fiscal não constituído no período corrente (iii)	-	(26.158)	-	(21.059)	-	(25.681)	-	(20.090)
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(732)	-	(366)
Reversão de provisões não consideradas em períodos anteriores (iv)	11.143	(6.554)	11.143	(6.554)	2.435	(6.553)	2.435	(6.553)
Outras adições/exclusões permanentes	(927)	-	(1.862)	82	(2.447)	44	(4.238)	1.722
Total do imposto de renda e contribuição social	49.917	(7.561)	34.512	(9.867)	60.585	(5.206)	38.375	(9.107)
Corrente	-	-	-	-	(4.907)	(563)	(4.370)	(563)
Diferido	49.917	(7.561)	34.512	(9.867)	65.492	(4.643)	42.745	(8.544)
	49.917	(7.561)	34.512	(9.867)	60.585	(5.206)	38.375	(9.107)

- (i) Para 2023 os valores referem-se a exclusão de SELIC sobre trânsitos em julgado conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os trânsitos em julgado favoráveis à Companhia.

- (ii) Em 2023 referem-se a revisão das contas de arrendamento para melhor demonstração dos impactos nos impostos diferidos.
- (iii) Para 2023 os valores referem-se a tributos diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos.
- (iv) Foram revertidas em 2024 provisões diversas anteriormente não tratadas pela Companhia no diferido ou Parte B de LALUR e LACS. Desta forma, suas realizações foram consideradas adições permanentes a fim de atender de forma conservadora as regras fiscais e tributárias.

32 Receita líquida de vendas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita bruta	411.584	459.239	206.461	201.490	857.900	908.788	431.311	435.632
Serviços de transporte florestais	111.414	174.218	48.124	59.433	111.414	174.218	48.124	59.433
Serviços de transporte a dedicados industriais	125.122	113.577	66.725	57.428	127.996	125.433	66.726	64.166
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	175.048	171.444	91.612	84.629	618.490	609.137	316.461	312.033
Deduções (i)	(71.259)	(68.924)	(36.613)	(31.403)	(151.720)	(150.597)	(77.102)	(74.061)
Serviços de transporte florestais	(24.142)	(24.147)	(10.743)	(8.876)	(24.157)	(24.147)	(10.758)	(8.876)
Serviços de transporte a dedicados industriais	(20.693)	(19.436)	(11.084)	(10.123)	(21.142)	(20.982)	(11.085)	(11.049)
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	(26.424)	(25.341)	(14.786)	(12.404)	(106.421)	(105.468)	(55.259)	(54.136)
Total da receita líquida de vendas	340.325	390.315	169.848	170.087	706.180	758.191	354.209	361.571

- (i) As deduções da receita compreendem os valores de cancelamentos de fretes e os tributos incidentes sobre a receita bruta, tais como: PIS, COFINS, ICMS, CPRB, ISS e IVA.

Maiores detalhes sobre receitas estão apresentados na nota explicativa 39.

33 Custos e Despesas por natureza

a. Custos

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Contrato de transporte - frete	143.924	140.494	76.529	68.597	350.570	330.916	188.753	167.975
Salários e adicionais	75.530	90.744	36.773	45.389	145.950	159.154	73.800	80.845
Consumo de combustíveis	24.633	49.959	14.969	20.161	26.948	59.930	17.510	22.724
Manutenção e conservação	24.887	41.239	12.993	19.989	32.420	51.095	15.322	26.643
Depreciações e amortizações	12.753	4.286	6.524	2.364	14.242	6.350	6.572	3.460
Encargos sociais	10.027	14.053	4.427	8.013	19.487	22.820	9.329	12.645
Depreciação de ativos de direito de uso (a)	29.688	26.150	15.174	13.326	47.542	44.209	24.512	23.167
Consumo de pneus	8.327	9.509	3.696	3.896	8.790	10.765	3.392	4.474
Serviços de terceiros	6.934	7.254	1.521	3.698	12.999	11.940	6.004	6.093
Viagens	4.475	6.900	3.290	3.246	6.687	9.714	3.623	4.698
Serviços de rastreamento	2.659	2.931	1.306	1.123	6.515	6.122	3.334	2.089
Seguros	3.600	3.001	2.313	1.548	12.223	9.930	5.764	4.406
Impostos e taxas	488	525	306	266	1.498	1.503	862	671
Pedágios	75	661	49	336	7.036	6.978	4.899	3.627
Outros	4.420	5.319	3.896	2.593	15.775	11.900	10.945	6.325
	352.420	403.025	183.766	194.545	708.682	743.326	374.621	369.842

- (a) Valores de depreciações estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS nos montantes de R\$ 2.703 (R\$ 2.302 em 30 de junho de 2023) na Controladora e R\$ 4.157 (R\$ 3.866 em 30 de junho de 2023) no Consolidado.

Ao longo de 2023 veículos e maquinários para os quais a Administração da Companhia disponibilizou para venda, foram reclassificados do imobilizado para o grupo de ativos circulantes disponíveis para venda, considerando os seus correspondentes valores líquidos contábeis, que são inferiores aos valores prováveis de realização. Adicionalmente, as depreciações desses ativos foram cessadas.

b. Despesas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Salários e adicionais	4.656	4.459	2.351	1.631	27.725	27.777	13.364	13.653
Reversão incentivo de longo prazo (ILP)	-	(5.273)	-	(5.273)	-	(5.273)	-	(5.273)
Serviços de terceiros	7.284	7.202	4.600	3.120	8.699	6.961	5.748	3.417
Manutenção e conservação	653	697	453	461	1.763	1.913	708	1.077
Impostos e taxas	759	126	38	76	982	250	207	156
Depreciações e amortizações	3.056	4.037	1.542	2.182	6.754	6.420	4.148	3.587
Viagens	900	631	372	343	1.454	1.685	997	917
Depreciação de ativos de direito de uso	893	628	436	362	987	915	211	260
Provisão para contingências trabalhistas	886	584	39	140	(111)	2.796	(1.041)	1.882
Seguros	821	774	590	485	1.091	903	697	533
Perdas no recebimento de crédito	6.931	-	6.931	-	6.904	-	6.904	-
Outros	870	1.255	626	719	2.065	2.938	122	1.574
	27.709	15.120	17.978	4.246	58.313	47.285	32.065	21.783
Despesas administrativas	16.961	11.255	8.973	2.223	34.486	33.480	16.154	14.844
Despesas de vendas	10.748	3.865	9.005	2.023	23.827	13.805	15.911	6.939
	27.709	15.120	17.978	4.246	58.313	47.285	32.065	21.783

34 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas	6.107	15.985	3.085	12.340	6.994	28.294	3.332	23.291
Ganho de ações judiciais tributárias (a)	2.087	1.302	812	1.302	2.148	12.161	873	11.111
Venda de sucata	208	103	144	57	442	165	285	119
Venda de imobilizado	3.255	12.756	1.761	9.169	3.477	12.806	1.863	9.219
Outros	557	1.824	368	1.812	927	3.162	311	2.842
Despesas	(11.882)	(8.213)	(10.499)	(5.381)	(14.839)	(9.355)	(13.597)	(6.280)
Custo de venda de imobilizado	(2.399)	(4.914)	(1.141)	(2.371)	(1.930)	(4.968)	(1.242)	(2.406)
Bens de pequeno valor	(70)	(341)	(17)	(198)	(71)	(341)	-	(198)
Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas	(9.227)	(2.379)	(9.227)	(2.379)	(9.227)	(2.379)	(9.227)	(2.379)
Outros	(186)	(579)	(114)	(433)	(3.611)	(1.667)	(3.128)	(1.297)
	(5.775)	7.772	(7.414)	6.959	(7.845)	18.939	(10.265)	17.011

(a) Ver nota explicativa 11.

35 Resultado financeiro líquido

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras								
Variações cambiais ativas	6.359	1.419	5.764	1.088	6.324	1.867	3.405	1.571
Receitas de aplicações financeiras	1.621	822	721	453	1.488	948	588	451
Descontos auferidos	98	124	26	76	59	152	12	67
Encargos de recebimentos em atraso	687	10	123	3	830	255	187	140
Atualização de créditos tributários	-	-	-	-	627	134	24	67
	8.765	2.375	6.634	1.620	9.328	3.356	4.216	2.296
Despesas financeiras								
Juros de empréstimos e financiamentos	(17.960)	(22.295)	(8.821)	(11.075)	(21.286)	(24.710)	(10.634)	(12.578)
Juros de arrendamentos (a)	(5.354)	(6.626)	(2.689)	(3.331)	(10.016)	(9.741)	(5.328)	(4.866)
Juros sobre aquisição de investidas	(5.295)	(3.369)	(4.388)	(1.608)	(5.295)	(3.369)	(4.388)	(1.608)
Juros debêntures	(15.408)	(16.712)	(7.649)	(8.228)	(15.408)	(16.712)	(7.649)	(8.228)
Variações cambiais passivas	(5.863)	(4.052)	(3.394)	(3.063)	(5.972)	(4.266)	(3.394)	(3.365)
Taxa administração de consórcios	53	(5)	72	18	(185)	(5)	(19)	18
Despesas bancárias	(2.268)	(2.559)	(862)	(179)	(3.213)	(4.030)	(1.269)	(868)
Juros de parcelamentos (b)	(8.769)	829	(7.959)	829	(11.952)	788	(10.903)	788
Encargos de pagamentos em atraso (b)	(17.157)	(3.954)	(4.633)	(3.061)	(38.949)	(5.893)	(12.435)	(4.866)
Descontos concedidos	(8)	(72)	(8)	(48)	(244)	(297)	(106)	(174)
Juros sobre cessão de créditos	(108)	(2.294)	369	(2.294)	(2.819)	(2.806)	(985)	(2.806)
Outas despesas financeiras	(1.819)	-	(1.110)	-	(1.821)	(169)	(1.109)	(169)
	(79.956)	(61.109)	(41.072)	(32.040)	(117.160)	(71.210)	(58.219)	(38.722)
Resultado financeiro líquido	(71.191)	(58.734)	(34.438)	(30.420)	(107.832)	(67.854)	(54.003)	(36.426)

- (a) Juros de arrendamentos estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS na controladora no valor de R\$ 499 (R\$ 614 em 30 de junho de 2023) e no consolidado R\$ 852 (R\$ 868 em 30 de junho de 2023).
- (b) Principalmente em função dos parcelamentos e atrasos nos pagamentos dos impostos.

36 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2024 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com suas controladas, como demonstrado abaixo:

(a) Ativos e Passivos

	Controladora	
	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Contas a receber - Translovato	29.638	18.985
Contas a receber - Translag	5.472	2.230
Contas a receber - Diálogo	6.732	4.241
Contas a receber - Transeich Assessoria	8.421	8.399
Juros sobre capital próprio - Diálogo	661	661
	50.924	34.516
Passivo circulante		
Contas a pagar - Translovato	7.540	5.075
Contas a pagar - Translag	1.177	1.929
Contas a pagar - Diálogo	591	265
Contas a pagar - Transeich Assessoria	2.085	162
	11.393	7.431
Passivo circulante		
Mútuo - Translovato Transportes	156.049	129.278
Mútuo - Translag transportes	8.843	4.474
Mútuo - Diálogo Logística	37.045	26.681
Mútuo - Transeich Assessoria e Transportes	81.032	78.561
	282.969	238.994

Os contratos de mútuo em aberto com partes relacionadas foram precificados em comum acordo entre as partes sem a incidência de juros, e devem ser liquidados até 31 de dezembro de 2024, conforme contratos firmados entre as partes. Nenhum dos contratos possui garantias.

(b) Receitas e despesas

	Controladora			
	Receita venda de serviços	Custos fretes e combustível	Despesas serviços administrativos (i)	Total
Em 30 de junho de 2024				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	(170)	(170)
Transportes Translovato	790	(4.455)	8.353	4.688
Translag Transportes	2.776	(22)	198	2.952
Diálogo Logística	-	-	2.510	2.510
	3.566	(4.477)	10.891	9.980
Em 30 de junho de 2023				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	(604)	(604)
Transportes Translovato	698	(3.510)	10.458	7.646
Translag Transportes	12	(393)	569	188
Diálogo Logística	-	(11)	2.991	2.980
	710	(3.914)	13.414	10.210

- (i) Refere-se a alocação de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.

As transações com partes relacionadas acima apresentadas foram realizadas em condições normais de mercado, considerando a ausência de risco de crédito entre as mesmas.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração no período findo em 30 de junho de 2024, a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.236 (R\$ 3.593 em 30 de junho de 2023).

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez, eles farão jus ao recebimento de uma remuneração de incentivo baseada na valorização da Companhia.

Em 30 de junho de 2024, a Administração revisou os contratos e concluiu que nesse momento não há previsibilidade para um evento de liquidez e, conseqüentemente não há saldo a provisionar.

37 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, foram apresentadas pelo método indireto.

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- 1) Em 30 de junho de 2024 foram incorporados os direitos de uso de arrendamento no valor de R\$ 16.576 (R\$ 15.714 em 30 de junho de 2023) na Controladora e R\$ 52.584 (R\$ 23.793 em 30 de junho de 2023) no Consolidado.
- 2) Em 30 de junho de 2024 foram adquiridos ativos imobilizados, e que as parcelas estão em aberto em fornecedores a pagar no valor de R\$ 5.901 (R\$ 1.878 em 30 de junho de 2023) na Controladora e R\$ 5.901 (R\$ 3.090 em 30 de junho de 2023) no Consolidado.

38 Instrumentos financeiros

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024		30/06/2024	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4.523	4.523	6.026	6.026
Outros ativos financeiros	23.144	23.144	23.144	23.144
Contas a receber de clientes	197.047	201.690	202.011	231.738
Passivos				
Fornecedores	101.714	101.714	154.445	154.445
Empréstimos e financiamentos	228.483	233.126	230.182	259.909
Debêntures	192.283	197.065	192.283	197.065
Arrendamentos	102.834	102.834	179.051	179.051
Contas a pagar por aquisição de controladas	38.163	38.163	38.163	38.163
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	282.969	282.969	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	(reapresentado)		(reapresentado)	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	12.909	12.909	15.071	15.071
Outros ativos financeiros	22.497	22.497	22.497	22.497
Contas a receber de clientes	202.158	206.249	249.715	278.563
Passivos				
Fornecedores	112.468	112.468	175.498	175.498
Empréstimos e financiamentos	240.391	244.482	243.023	271.871
Debêntures	192.668	197.240	192.668	197.240
Arrendamentos	127.794	127.794	199.076	199.076
Contas a pagar por aquisição de controladas	31.616	31.616	31.616	31.616
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	238.994	238.994	-	-

Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e obrigações atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia e suas controladas avaliam a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 9.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e suas controladas no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2024					
Empréstimos e financiamentos	294.999	-	-	-	294.999
Debêntures	265.600	-	-	-	265.600
Arrendamentos	76.354	35.057	796	-	112.207
Fornecedores	101.714	-	-	-	101.714
Obrigações fiscais e sociais	49.093	-	-	-	49.093
Contas a pagar por aquisição de controladas	38.238	-	-	-	38.238
Total	825.998	35.057	796	-	861.851
Em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)					
Empréstimos e financiamentos	89.235	61.160	189.334	-	339.729
Debêntures	31.328	91.393	163.631	-	286.352
Arrendamentos	82.998	45.885	11.736	-	140.619
Fornecedores	112.468	-	-	-	112.468
Obrigações fiscais e sociais	36.020	-	-	-	36.020
Contas a pagar por aquisição de controladas	16.473	21.598	-	-	38.071
Total	368.522	220.036	364.701	-	953.259
	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2024					
Empréstimos e financiamentos	321.845	-	-	-	321.845
Debêntures	265.600	-	-	-	265.600
Arrendamentos	113.573	73.546	11.900	-	199.019
Fornecedores	154.445	-	-	-	154.445
Obrigações fiscais e sociais	122.083	-	-	-	122.083
Contas a pagar por aquisição de controladas	38.238	-	-	-	38.238
Total	1.015.784	73.546	11.900	-	1.101.230
Em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)					
Empréstimos e financiamentos	116.845	61.160	189.334	-	367.339
Debêntures	31.328	91.393	163.631	-	286.352
Arrendamentos	125.945	68.785	28.698	-	223.428
Fornecedores	175.498	-	-	-	175.498
Obrigações fiscais e sociais	101.950	-	-	-	101.950
Contas a pagar por aquisição de controladas	16.473	21.598	-	-	38.071
Total	568.039	242.936	381.663	-	1.192.638

Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia e suas controladas possuíam ativos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Dólares norte- americanos	Reais (*)	Dólares norte- americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	5.901	32.798	9.313	45.081
Trava contratual (i)	(1.050)	(5.836)	-	-
Passivo				
Comissões a pagar	(332)	(1.845)	(415)	(2.007)
Exposição líquida	4.519	25.117	8.898	43.074

	Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Dólares norte- americanos	Reais (*)	Dólares norte- americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	5.912	32.861	9.527	46.119
Trava contratual (i)	(1.050)	(5.836)	-	-
Passivo				
Comissões a pagar	(332)	(1.845)	(415)	(2.007)
Exposição líquida	4.530	25.180	9.112	44.112

(*) Considera a taxa de 5,5583 cotada em 30/06/2024.

(**) Considera a taxa de 4,8407 cotada em 31/12/2023.

- (i) Refere-se a contratos de câmbio de contas a receber de unidades no exterior, cujas taxas já foram fixadas, porém a remessa de câmbio ainda não foi executada.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo demonstrado no primeiro quadro desta nota, que foram apurados considerando-se o nível 2 em sua mensuração.

Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

Os créditos e débitos com mútuos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo. São classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado.

Análise de sensibilidade

Risco de taxa de câmbio

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, contra o USD alteraria a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Assim, a exposição a riscos de taxa de câmbio é considerada baixa e esperada para não ter efeito relevante sobre o resultado da Companhia e suas controladas.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e contas a pagar da Companhia e suas controladas, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

No quadro abaixo são considerados três cenários, sendo que o Cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data destas informações financeiras.

Para Cenário I foi considerado um aumento de 25% na taxa CDI para as aplicações, empréstimos e financiamentos e contas a pagar e para o Cenário II um aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi de 10,50%, conforme Ata da 263ª reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil de 19 de junho de 2024.

30/06/2024				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		1.148	121	151	181
Fornecedores	CDI		43.999	1.862	2.328	2.910
Capital de giro	CDI		(230.182)	(24.261)	(30.277)	(36.292)
Cessão de créditos	CDI		(29.727)	(3.133)	(3.910)	(4.687)
Debêntures	CDI		(197.065)	(20.770)	(25.921)	(31.071)
Parcelamento de tributos	CDI		187.699	19.708	24.635	29.563
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(38.163)	(4.022)	(5.020)	(6.017)
			(262.291)	(30.495)	(38.014)	(45.413)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(7.519)	(14.918)

31/12/2023				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		7.966	936	1.170	1.404
Fornecedores	CDI		12.040	809	1.011	1.264
Capital de giro	CDI		(243.023)	(28.555)	(35.694)	(42.833)
Cessão de créditos	CDI		(28.848)	(3.390)	(4.237)	(5.084)
Debêntures	CDI		(197.240)	(23.176)	(28.970)	(34.764)
Parcelamento de tributos	CDI		79.444	9.335	11.668	14.002
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(31.616)	(3.715)	(4.644)	(5.572)
			(401.277)	(47.756)	(59.696)	(71.583)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(11.940)	(23.827)

39 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho;
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Diretor executivo de operações. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 5.

Dedicados: prestação e serviços de transporte rodoviário de cargas utilizando principalmente veículos e equipamentos próprios alocados para o atendimento de clientes específicos, por meio de contratos com prazos de 3 a 6 anos, com abrangência nacional e em diferentes setores como o de gases do ar, florestal, agronegócio, químicos, etc.

TM (*Transportation Management*): prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral para clientes de setores diversos e de atuação nacional e internacional (Mercosul), nas modalidades Lotação, Fracionado e Internacional, utilizando preponderantemente veículos agregados e terceiros subcontratados.

Período findo em 30 de junho de 2024

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	194.111	512.069	706.180	-	706.180
Custo dos serviços prestados	(219.516)	(489.166)	(708.682)	-	(708.682)
(Prejuízo) lucro bruto	(25.405)	22.903	(2.502)	-	(2.502)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(34.486)	(34.486)
Despesas com vendas	(7.237)	(10.663)	(17.900)	(5.927)	(23.827)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	542	(1.698)	(1.156)	-	(1.156)
Outras receitas operacionais, líquidas	(2.307)	1.026	(1.281)	(6.564)	(7.845)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
	(34.407)	11.568	(22.839)	(46.977)	(69.816)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(107.832)	(107.832)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	60.585	60.585
(Prejuízo) lucro líquido do período	(34.407)	11.568	(22.839)	(94.224)	(117.063)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	107.832	107.832
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	(60.585)	(60.585)
(+) Depreciação e amortização	39.142	23.557	62.699	6.719	69.418
(+) Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas	-	-	-	9.227	9.227
EBITDA ajustado (a)	4.735	35.125	39.860	(31.031)	8.829

Período findo em 30 de junho de 2023 (reapresentado)

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	254.522	503.669	758.191	-	758.191
Custo dos serviços prestados	(276.780)	(466.546)	(743.326)	-	(743.326)
(Prejuízo) lucro bruto	(22.258)	37.123	14.865	-	14.865
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(33.480)	(33.480)
Despesas com vendas	(47)	(7.086)	(7.133)	(6.672)	(13.805)
Perda (ganho) por redução ao valor recuperável	(253)	137	(116)	-	(116)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.612	580	8.192	10.747	18.939
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
	(14.946)	30.754	15.808	(29.405)	(13.597)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(67.854)	(67.854)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(5.206)	(5.206)
Lucro líquido (prejuízo) do período					
	(14.946)	30.754	15.808	(102.465)	(86.657)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	67.854	67.854
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	5.206	5.206
(+) Depreciação e amortização	31.810	18.749	50.559	7.335	57.894
(-) Ganho de redução de preço na aquisição de controladas	-	-	-	2.379	2.379
EBITDA ajustado (a)	16.864	49.503	66.367	(19.691)	46.676

- a) EBITDA: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis. O valor apresentado foi ajustado para eliminar o impacto do ajuste ao contas a pagar pela aquisição de controladas, no montante de R\$ 9.227 em 30 de junho de 2024 (R\$ 2.379 em 30 de junho de 2023).

Informação geográfica

Receita por país

	Consolidado	
País	30/06/2024	30/06/2023
		(reapresentado)
Brasil	663.671	720.351
Exterior	42.509	37.840
Argentina	25.819	24.179
Chile	3.015	2.629
Paraguai	184	61
Uruguai	13.491	10.971
	706.180	758.191

Principais clientes

No semestre findo em 30 de junho de 2024, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 19,79% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 74 milhões. Um desses clientes é do segmento TM - E-Commerce e os outros dois possuem parte da sua operação no segmento DCC F&A (78%) e parte no segmento TM (22%).

No semestre findo em 30 de junho de 2023, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 23% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 87 milhões. Um desses clientes é do segmento DCC e os outros dois possuem parte da sua operação no segmento DCC F&A (56%) e parte no segmento TM (41%).

40 Demonstração de valor adicionado

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

41 Eventos subsequentes

Pedido de Homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 1 de novembro de 2024 o Grupo BBM apresentou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE") perante o Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul, processo autuado sob o nº 5054494-92.2024.8.21.0010. Posteriormente foi proferida decisão pelo Juízo Recuperacional por meio da qual o pedido de homologação do Plano de RE foi recebido. Adicionalmente, foi determinada a suspensão da exigibilidade de todos os créditos sujeitos pelo período de 180 dias ("stay period"), conforme art. 6º, inciso II, da Lei 11.101/2005, que deverão ser pagos de acordo com uma das opções disponíveis no Plano de RE, assim que for homologado. Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada a atualização da listagem de credores, refletindo a posição consolidada das dívidas do Grupo compreendendo as seguintes naturezas de credores: debêntures, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de controladas. Essa atualização, no entanto, não impactou o quórum necessário para apresentação do pedido de homologação do Plano de RE.

O Plano de RE conta até o momento com aprovação de aproximadamente 1/3 (um terço) dos credores por ele abrangidos, conforme os termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os representam um montante de R\$ 571.419.

Os credores sujeitos ao Plano de RE serão pagos conforme resumidamente demonstrado a seguir:

- (i) os créditos abrangidos serão pagos, sem deságio, mensalmente, a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) até março de 2035 (inclusive), observado que tais montantes serão atualizados mensalmente pela variação positiva mensal acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e terão juros remuneratórios de 4,5% ao ano; e
- (ii) os credores fornecedores colaboradores serão pagos, em todos os casos sem deságio, entre 30 dias e 24 meses (de acordo com o montante devido), acrescido de sobretaxa de 1% ao mês. O Plano da RE ainda estabelece uma série de outras condições às empresas do Grupo BBM referentes aos pagamentos acima descritos e aos credores titulares de créditos abrangidos.

As próximas etapas da recuperação extrajudicial são: 1) a validação do quadro de credores pela Administradora Judicial, 2) abertura de prazo para eventuais impugnações dos credores e, após isso; 3) a decisão de homologação judicial do plano.
